

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DAS COMUNIDADES DE ECOLOGIA SOCIAL**

Flávia Monteiro Arpini

**O PAPEL DO EMPREENDEDORISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE E PERTENCIMENTO DE UM GRUPO DE MULHERES
IMIGRANTES REFUGIADAS NO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

A772p

Arpini, Flávia Monteiro

O PAPEL DO EMPREENDEDORISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE E PERTENCIMENTO DE UM GRUPO DE MULHERES
IMIGRANTES REFUGIADAS NO RIO DE JANEIRO / Flávia
Monteiro Arpini. -- Rio de Janeiro, 2023.
82 f.

Orientador: Mohammed El Hajji.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2023.

1. Imigração. 2. Refúgio. 3. Trabalho. 4.
Empreendedorismo. 5. Identidade. I. El Hajji,
Mohammed , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DAS COMUNIDADES DE ECOLOGIA SOCIAL

Flávia Monteiro Arpini

O PAPEL DO EMPREENDEDORISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE E PERTENCIMENTO DE UM GRUPO DE MULHERES
IMIGRANTES REFUGIADAS NO RIO DE JANEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mohammed El Hajji

Rio de Janeiro

2023

**O PAPEL DO EMPREENDEDORISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE E PERTENCIMENTO DE UM GRUPO DE MULHERES
IMIGRANTES REFUGIADAS NO RIO DE JANEIRO**

Flávia Monteiro Arpini

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mohammed El Hajji
Orientador: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Roberto P. Q. Falcão
Universidade Unigranrio

Prof.^a Dra. Samira Lima da Costa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a PhD Dra. Sofia Cavalcate Zanforlin
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A meu pai (*in memoriam*) que veio a falecer na linha de frente da equipe médica de um hospital, durante a pandemia da Covid-19, no meio do processo de escrita deste estudo. Ele veio de uma família de imigrantes italianos que empreenderam neste país e sempre deixou viva em mim a memória e a história desta imigração através das lembranças contadas, das fotos compartilhadas, das comidas ao redor da mesa, dos costumes, datas e festas que fazia questão de comemorar.

Às mulheres imigrantes refugiadas que participaram deste projeto mostrando toda sua vulnerabilidade, amorosidade e força. Com elas conheci um pouco da cultura de seus países de origem, suas histórias e suas culturas aprendendo e me transformando a cada encontro.

A meu orientador que acolheu meu luto no momento de escrita.

A Roberto P. Q. Falcão que me apoiou e orientou neste trabalho me fornecendo subsídios para continuar e acreditar em sua potencialidade.

À Pares Caritas que, por dois anos, me convidou a participar do projeto Cores – Coletivo de Refugiados Empreendedores no qual este estudo foi baseado.

Ao corpo docente e funcionários do EICOS, pelas vivências e momentos compartilhados em especial, Ricardo.

Aos colegas de estudo do EICOS, pelo encorajamento, pelas trocas e reflexões, pelo convívio e companheirismo, por me inspirarem tanto, em especial Ana Melo Dias, Jean Fontes e Gabriela Azevedo de Aguiar.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o papel do empreendedorismo na construção da identidade de refugiadas, que passaram por uma capacitação oferecida pela Pares Caritas do Rio de Janeiro. Por meio de participação e observação das capacitações, foram selecionadas por acessibilidade duas entrevistadas que deram seus depoimentos a respeito de seu processo migratório, e de seu processo de integração enquanto imigrante solicitante de refúgio. Nesse sentido, buscou-se, por meio da análise de conteúdo de entrevistas, evidenciar qual o significado de empreender para estes indivíduos, e se este ocupa o lugar de trabalho para este grupo, a ponto de corresponder a identidade e ao pertencimento ao país de acolhimento. Como resultados o trabalho aponta que para as a rede construída pelas entrevistadas, o que oferece o sentido de pertencimento e de identidade no país de acolhimento.

Palavras-chave: imigração, refúgio, trabalho, empreendedorismo, identidade.

ABSTRACT

The current research analyzes the role of entrepreneurship in the construction of the identity of refugees, who underwent training offered by Pares Caritas in Rio de Janeiro. Through participation and observation of the training, two interviewees were selected for accessibility and gave their statements about their migration process, and their integration process as an immigrant seeking asylum. In this sense, we sought, through the content analysis of interviews, to highlight the meaning of undertaking for these individuals, and whether this occupies the place of work for this group, to the point of corresponding to the identity and belonging to the country of reception. As results, the work points out that for the network built by the interviewees, which offers a sense of belonging and identity in the host country.

Keywords: immigration, refuge, work, entrepreneurship, identity.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. INTRODUÇÃO.....	12
3. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA.....	15
3.1 Objetivo geral.....	15
3.2 Objetivos específicos.....	15
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
4.1.Imigração e o Imigrante Refugiado no Brasil.....	15
4.2.Trabalho e Empreendedorismo.....	30
4.3.Identidade e Pertencimento.....	48
5. METODOLOGIA.....	56
5.1.Coleta de dados.....	56
5.2.Análise de dados.....	60
6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO - ENTREVISTAS.....	62
7. DIFICULDADES DO CAMPO.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

1. APRESENTAÇÃO

Meu contato com os imigrantes refugiados começou no ano de 2016 quando, por espontânea vontade, fui bater na porta da casa onde funciona a sede da Pares Caritas, no Rio de Janeiro, e perguntar se eu poderia ajudar de alguma maneira.

Apresentei-me como psicóloga que trabalhava em empresa, com recrutamento, seleção e capacitação. Logo me disseram que precisavam de ajuda e que eu poderia dar uma palestra sobre o mercado de trabalho no Brasil, como elaborar um currículo, como participar de uma entrevista e sobre as páginas da internet onde poderiam postar seus currículos e encontrar vagas. Aceitei ministrar esta palestra que seria de duas horas na própria sede, saindo da instituição com data e horários agendados.

Ministrei duas palestras e percebi, após realizá-las, que duas horas não seriam suficientes. Existia uma distância entre o que eu falava e a realidade de cada um, que o idioma era uma potência, mas também uma questão na busca de um emprego e que as participantes que nunca haviam trabalhado precisariam de algo a mais que eu ainda não sabia definir. Talvez isso passasse por um olhar para si mesmas enquanto potências, enquanto detentoras de um saber, de visualização de sua força de trabalho naquilo que exerciam diariamente em seus próprios lares, com seus próprios filhos.

Assim, nasceu o projeto desenvolvido por mim chamado *Um Novo Começo* (anexo). Apresentei o projeto às pessoas da instituição que indicaram ter gostado do projeto, mas sem possibilidades de financiá-lo.

Sem pensar em desistir, comecei a fazer contatos com pessoas que pudessem me ajudar a realizar um financiamento coletivo a fim de concretizar o plano. Foram três meses entre planejamento, divulgação, realizações de parcerias e a meta foi conquistada. Isso fez com que a Caritas me chamasse para participar de um projeto cuja primeira etapa estava terminando. Fui apresentada ao projeto Cores – Coletivo de Refugiados Empreendedores.

Esta capacitação foi pensada pela Pares Caritas, que é a Organização Não Governamental da Caritas, responsável pelo Programa de Atendimento a Refugiados Solicitantes de Refúgio. Quando a Caritas me fez o convite para este trabalho, o aceite foi imediato devido ao reconhecimento e à experiência que esta instituição possui no atendimento aos imigrantes refugiados, pois, desde o ano de 1976, vem realizando um serviço permanente de ajuda aos refugiados, oferecendo abrigo e apoio para encontrar um terceiro país que possa protegê-los (Caritas, 2020).

O Programa de Atendimento da Pares Caritas localizado no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro, é apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR e está estruturado em três pilares principais: proteção, integração e mobilização aos imigrantes que solicitam refúgio no Rio de Janeiro (Brasil, Ministério da Justiça, 2019).

O pilar Proteção informado no parágrafo anterior é baseado no acompanhamento do processo jurídico (entrevistas, pareceres, regularização de documentos e fornecimento de informações) quando acontece a solicitação de refúgio; o segundo pilar é a Integração e tem como objetivo criar condições para que os refugiados se tornem parte da sociedade que os acolhe buscando garantir o acesso dos refugiados ao aprendizado do idioma, ao mercado de trabalho, à formação educacional e ao atendimento psicológico e de saúde; e o terceiro e último pilar é a mobilização no acolhimento dos refugiados. A capacitação foi desenvolvida para atender uma demanda de um dos três pilares da política de integração do refugiado criado pelo Governo Federal Brasileiro (Brasil, Ministério da Justiça, 2019).

Antes de falar sobre os fatores que favoreceram a capacitação, é importante informar quem são considerados imigrantes refugiados para esta instituição. Segundo França (2003), no Estatuto dos Refugiados da Convenção de 1951, imigrantes refugiados são pessoas que deixaram seus países devido à perseguição motivada pela raça, religião, nacionalidade, opinião política divergente, pertencimento a um grupo social específico ou mesmo devido à violação de direitos humanos. Dessa maneira, chegam ao país solicitante de refúgio buscando recomeçar sua vida e, para isto, necessitam de uma fonte de renda.

Os integrantes da Caritas me esclareceram que o Cores – Coletivo de Refugiados Empreendedores era um projeto criado pela Pares Caritas do Rio de Janeiro para capacitar os imigrantes refugiados na abertura de seus próprios negócios. O primeiro grupo selecionado para este curso teria como foco de negócio a gastronomia, e o segundo grupo os tratamentos de cabelos. Os participantes foram selecionados pela equipe interna da Caritas através de seus conhecimentos e percepções do dia a dia, e segundo sua afinidade com o assunto. Depois, a Caritas entrava em contato telefônico com as pessoas selecionadas e perguntava se queriam participar de um treinamento, explicando que, ao final, os participantes receberiam um certificado de participação o qual, ao longo de minhas participações pude perceber, e era muito importante para os participantes, pois, talvez, fosse o único documento que comprovaria, segundo elas, seu conhecimento, dando a possibilidade de trabalharem aqui no Brasil.

Alguns fatores facilitaram a idealização desta capacitação pela Caritas. O primeiro fator foi o crescimento do desemprego no Brasil, em 2017, que acarretou a diminuição dos postos de trabalho. O segundo fator foi a ausência de vínculos estabelecidos pelos imigrantes refugiados no país de acolhida, que pudessem apoiá-los no desenvolvimento de uma rede capaz de ampliar o acesso a oportunidades de atuação no mercado de trabalho. E o terceiro era a dificuldade de validação da documentação comprobatória do grau de escolaridade e da formação à qual tiveram acesso em seus países de origem para apoiá-los nesta busca de emprego.

O CORES teve duração de dois anos, com início em 2017, sendo desenvolvido para suprir a necessidade urgente da fonte de renda aos refugiados que chegavam na cidade do Rio de Janeiro. Este projeto oferecia uma capacitação para o empreendedorismo com o intuito de motivar a abertura e a profissionalização do próprio negócio, formando imigrantes refugiados nos ramos da gastronomia, costura e profissionais de tratamento de cabelos.

Na mesma reunião em que conheci o Cores, soube o motivo pelo qual estavam me chamando. Na realidade, o projeto era para ser um coletivo de pessoas de diferentes gêneros, mas acabou sendo, por razões fora de meu conhecimento, um coletivo de mulheres empreendedoras. Minha primeira missão ali era trabalhar com uma participante que, por faltar muito às aulas, talvez não recebesse o certificado de conclusão do curso, mas a consideravam como uma participante potente e queriam dar mais uma chance (palavras da coordenadora do curso).

A instituição informou que todos meus encontros individuais com as imigrantes teria uma profissional da Pares Caritas junto a nós. Não me sentia muito à vontade com esta regra, mas precisava cumpri-la para estar ali.

Saí da reunião com pensamentos e questionamentos que borbulhavam em mim. Eu me perguntava quem seria esta mulher imigrante refugiada, como veio parar no Brasil e por qual motivo? O que a fez aceitar participar da capacitação em gastronomia? Qual motivo a levou a não estar presente em todas as aulas? Sobre o curso, eu me questionava onde entrava a escolha das participantes em relação ao que iriam empreender, queria entender se este era o trabalho que as participantes gostariam de ter, se ele traria qualidade de vida suficiente para a subsistência neste país, entre outras dúvidas que nem mesmo saberia se seriam respondidas ao longo deste processo. No final, estava achando que a abertura favorecida e apadrinhada pela Pares Caritas poderia ser um caminho para realizar o que era uma das propostas do meu projeto *Um Novo Começo*, isto é, apoiar pessoas no propósito de empreender.

Mesmo com o convite da Pares Caritas, eu ainda teria que aguardar o aceite da imigrante em participar de encontros comigo. Com o aceite dado, a instituição mediu dia e horário para nos conhecermos e, para proteger sua identidade, a chamarei de Abayomi.

Em nosso primeiro encontro Abayomi chegou cedo e fomos encaminhadas para uma sala. Abayomi era uma mulher forte, com olhar amoroso, sorriso largo apesar de tímido, de pouca fala, comportamento este que não sabia se era devido ao pouco conhecimento do português ou se era seu habitual. Tinha 36 anos, era nigeriana, começou a frequentar a escola na Nigéria quando tinha entre 0 e 3 anos. Sua mãe trabalhava com comida em eventos e ela, aos 15 anos, já ajudava a mãe. Foi com a mãe que aprendeu a cozinhar e, assim, para ela a comida africana é sua história. Estudou até os 21 anos quando conheceu o namorado, com quem se casou aos 22 anos, e saiu da casa dos pais indo morar com o marido na Capital. Com esta idade, teve uma filha e, aos 25 anos, um filho. E, com 31 anos, uma outra filha.

Quando sua terceira filha era ainda bebê, sua casa foi invadida por um grupo armado que levou o marido e dois filhos. Isto ocorreu entre 31 e 35 anos, ou seja, em quatro anos, sua vida mudou completamente. Durante esta invasão, Abayomi conseguiu não ser presa, pois ficou escondida, em silêncio, com a bebê. Depois deste dia, os dias de Abayomi eram de busca da família. Assim foi ficando cada vez mais triste, até que seu irmão veio buscá-la juntamente com sua filha para morar com sua família de origem.

Retornou a sua família de origem, com uma filha. Mesmo distante, não deixou de procurar marido e filhos e esta busca estava ficando perigosa inclusive com risco de vida. Por este motivo, o irmão comprou uma passagem e Abayomi, com 35 anos, veio para o Brasil com a filha.

Hoje sabe que o marido está vivo, bem como, os filhos. Só após saber notícias da família, ela conseguiu reaver a vida no Brasil, sendo que me pergunto se seria “reaver” a melhor palavra.

Contando sua história, Abayomi se emocionou, chorou. Mas eu não sabia quem estava mais emocionada, se era ela, ou eu. Levamos cinco encontros para esta história vir à tona. Veio em um momento em que estávamos sozinhas na sala, sem a presença da assistente social da Caritas. Eu me senti responsável por receber sua história de vida, sua confiança. Demorei um pouco para processar toda a história, era uma realidade desconhecida para mim. Coloquei-me no lugar da Abayomi, se é que é possível fazer isto. Refleti sobre o quanto deve ter sido dolorido não saber notícias do marido, não saber o paradeiro de sua filha mulher, de seus filhos. O quanto deve ter sido solitário sair de seu país, ela e filha nos braços e vir para

um país que não conhecia e não sabia o que a esperava. Erguer-se desta história e pegar sua vida em suas próprias mãos, mulher, sozinha, com uma filha e abrir seu próprio negócio, talvez estivesse sendo muito movimento para uma pessoa que havia vivenciado tantas mudanças em pouco tempo. Será que ela estaria pronta para isto, será que este trabalho daria a ela o que ela esperava e, antes disto, será que era o que ela queria para si?

O segundo grupo, cujo foco era tratamento dos cabelos, foi criado da mesma maneira, ou seja, foram chamados vários imigrantes refugiados que tinham afinidade com a questão dos cabelos ou que já haviam trabalhado com cabelos em seus países de origem e realizada uma seleção. No final, o grupo era novamente de mulheres, em sua maioria africanas provenientes da República Democrática do Congo, Angola e, desta vez, tínhamos a presença de duas mulheres venezuelanas.

As participantes tinham, em média, 35 anos e se encontravam no Brasil, aproximadamente, há 1 ano e 7 meses. A maioria veio com filhos e a minoria com seus maridos. A maioria já tinha trabalhado com cabelos e, para elas, cabelo representava a força, a inspiração da família, seu sangue, a arte e a beleza. Muitas eram as histórias contadas ao redor do ato de trançar, pentear, arrumar. Todas as histórias envolviam suas mães ou mesmo mulheres vizinhas que se encontravam, se reuniam pelo menos uma vez na semana para trançarem, pintarem ou cortarem os cabelos. Nestes encontros, falavam o que acontecia com elas, falavam coisas de mulheres, trocavam maneiras de fazer a trança. Não somente histórias eram contadas, mas também canções embalavam o ritual do encontro, do trançar.

Neste grupo, as histórias traziam conexões e identificações independente do país proveniente, todas as histórias tinham a mãe como protagonista. Destas histórias vinham incentivos para participação no curso a tal ponto que seus motivos para aceitarem participar terem como base as orientações dadas pelas mães, como por exemplo, “você tem que aprender a fazer cabelo porque se for para um lugar que não tem trabalho e você souber fazer cabelo não faltará pão para você”, como dizia uma participante. Outra comentava que “não tenho trabalho, mas, se eu colocar trança, eu não vou morrer de fome”.

Era o segundo trabalho que eu fazia dentro do mesmo projeto, mas meus questionamentos continuavam os mesmos e acrescentava ainda outros. Não sabia se este era o trabalho que gostariam de ter, pois o convite veio da Caritas Pares e não uma busca das participantes, nem mesmo se o que iriam fazer era visto como trabalho por elas. Também não sabia onde iriam atuar, pois, diferente da gastronomia que já teria uma parceria certa, o projeto dos cabelos não tinha e seria cada um por si só.

Pensando no primeiro projeto e no segundo, ficava refletindo comigo mesma se as participantes conseguiriam abrir seu próprio negócio, se ele traria possibilidades de subsistência, se perderiam sua identidade ou outra identidade nasceria, a partir deste trabalho, e se esta oportunidade daria a eles possibilidades de criar uma rede de apoio no país de acolhimento.

Neste trabalho, me proponho a buscar clarear minhas indagações por meio da escuta das participantes deste curso, por meio de entrevistas para verificar se empreender foi capaz de gerar um pertencimento, identidade e construção de rede de apoio no país de destino.

2. INTRODUÇÃO

O relatório *Global Trends Forced Displacement in, 2022*, elaborado por Palattiyil *et al.* (2022) para UNHCR/ACNUR informa que existem em torno de 108,4 milhões de deslocamentos forçados ao redor do mundo. No Brasil, segundo o Relatório de 2022 *Refúgio em Números*, promovido pelo Comitê Nacional para Refugiados [CONARE] e pelo Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça e elaborado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais [OBMigra], totalizam 348.067 solicitações de refúgio protocoladas e destas, de acordo com a página da Internet da Polícia Federal, acessada em 22 de outubro de 2022, existiam 65.811 pessoas reconhecidas como refugiados, sendo 46.615 homens e 27.075 mulheres, um total de 29.053 na idade de 18 a 29 anos; e 28.702 na idade entre 30 a 45 anos. Dos imigrantes refugiados solicitantes de refúgio no Brasil, 70,63% eram provenientes da Venezuela, 9,43% da África e 5,15% da Síria.

Pessoas refugiadas reconhecidas são aquelas que solicitaram ao Estado Brasileiro para serem reconhecidas como refugiadas, mas que ainda não tiveram sua solicitação de reconhecimento da condição de refugiado deliberada pelo CONARE. Enquanto aguarda a decisão, o/a solicitante de reconhecimento da condição de refugiado encontra-se em situação migratória regular em todo o território nacional, bem como possui protocolo provando esta condição e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (Silva *et al.*, 2023).

Ainda segundo o relatório *Refúgio em Números – 2023* (Silva *et al.*, 2023), em 2022, a Venezuela (33.753) desponta como país com maior contingente de solicitantes de refúgio, seguida de Cuba (5.484), de Angola (3.418) e Colômbia (744).

A presente pesquisa, portanto, busca analisar o papel do empreendedorismo na construção da identidade de refugiadas que passaram por uma capacitação oferecida pela Pares Caritas do Rio de Janeiro.

A identidade e o sentimento de realização era o que dava sentido e o sentido existente no trabalho só pode ser revisitado, de acordo com Sayad (1988), quando se remonta o curso da imigração e da emigração em toda sua extensão. Quando nos perguntarmos sobre o itinerário do imigrante e quando perguntamos ao imigrante sobre seu itinerário, seja ele profissional ou social, a fim de caminhar com ele e tentar reconstituir, retrospectivamente e com sua ajuda, a sua trajetória social e através dela se pensar o futuro, esperamos visitar os sentidos.

O itinerário dos refugiados imigrantes participantes da capacitação foi revisitado por meio das narrativas do passado do grupo. Passado contado através de suas histórias de vida e da investigação dos resquícios deste passado que habitam o presente. Com base em Muylaert (2014), eu também pensava que as narrativas contribuíam com a construção histórica da realidade e, a partir de relatos acontecidos anteriormente, eram capazes de promover o futuro.

Os relatos foram realizados individualmente por meio de um exercício de visitar os períodos de vida contando suas lembranças com os cabelos. Não era uma atividade obrigatória, mas era realizada na presença de todos os componentes do treinamento. Assim, de acordo com Larrosa (1998), as narrativas deixavam de ser somente do narrador e passavam a fazer parte da vida do outro. Havia, conforme refere Sayad (1988), o compartilhamento do conhecimento sobre o itinerário profissional e cultural dos integrantes possibilitando, assim, segundo Souza (2006), uma transferência de conhecimento que possibilita o questionamento sobre os saberes de si tornando-se, de acordo com Marquesin e Passos (2009), uma reflexão sobre as experiências vividas.

As reflexões de experiências vividas e relatadas através dos discursos proporcionaram aos membros deste curso algumas percepções do que havia sido a vivência individual que também ressoava no grupo. Uma das ideias surgidas era de que o ato de empreender através da venda de produtos provenientes de suas culturas, seja para o ramo de gastronomia, ou mesmo para o ramo de cabelos proporcionaria empreendedorismo, não somente um compartilhar cultural, mas também de suas histórias pessoais com a população local onde, como pontuam Zanforlin e Amaral (2019), a experiência do migrante, como exemplo de resiliência e superação, configuraria um caminho para mobilizar afeto e elaborar pertencimentos.

Por meio de participação e observação das capacitações, foram selecionadas, por acessibilidade, duas entrevistadas que deram seus depoimentos a respeito de seu processo migratório e de seu processo de integração enquanto imigrante solicitante de refúgio. Nesse sentido, buscou-se, por meio da análise de conteúdo de entrevistas, evidenciar qual o

significado de empreender para estes indivíduos e se este ocupa o lugar de trabalho para este grupo a ponto de corresponder ao pertencimento e identidade ao país de acolhimento. Como resultado, o trabalho aponta que as redes construídas pelas entrevistadas oferecem o sentido de pertencimento e de identidade no país de acolhimento.

Infelizmente, a capacitação da Pares Caritas concebida para abrir possibilidades de pensar a cultura de origem e a cultura na qual estão inseridas as imigrantes refugiadas, apresentando-lhes novos paradigmas também aprimora a fórmula mágica à qual se refere Sabino (2010) de que a educação que deverá delinear os caminhos do autoaprendizado e da autorrealização divide a sociedade entre aqueles que não têm educação e aqueles dotados do conhecimento necessário para ensinar e, em rede, tentam construir estratégias econômicas para “incluir” diversos trabalhadores marginalizados na esteira do capital. Com isto, sugere que, além de serem construídos mecanismos para a geração e distribuição de renda, também se estimule a disseminação do conhecimento e técnicas de gestão e do poder decisório entre a população. Ou seja, será preciso desenvolver nas pessoas o “Espírito Empreendedor” para que se autonomize o indivíduo singular, conferindo-lhe independência e controle absoluto sobre suas próprias vidas a fim de ser o único responsável pela sua própria condição social, pois esta, resultaria de “escolhas” feitas por estes indivíduos e, com isto, o Estado se eximiria da responsabilidade real de acolhimento deste refugiado.

Diante do exposto no referencial teórico, abre-se o seguinte questionamento: se durante esta capacitação da Pares Caritas concebida para gerar reflexões a respeito da cultura de origem e da cultura na qual estão inseridas as imigrantes refugiadas, se as participantes veriam a possibilidade de empreender como uma forma de trabalho gerador de uma identidade e pertencimento ao país de acolhimento. Portanto, propõe-se, a seguir, o seguinte problema de pesquisa e objetivos.

3. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

3.1 Objetivo geral

O problema da pesquisa é saber se o empreendedorismo era entendido como trabalho pelas participantes da capacitação e se trazia para estes sujeitos identidade e pertencimento.

De acordo com a definição do problema de investigação, seguem os objetivos a serem alcançados os quais representam as intenções da pesquisa.

3.2. Objetivo específicos

- Entender, através das narrativas das histórias de vida das participantes, qual o significado do processo de empreender;
- Observar, através de seus relatos, se consideram o empreendedorismo uma forma de trabalho;
- Verificar se empreender possibilita o desenvolvimento de uma identidade e pertencimento ao país de acolhimento.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Imigração e o imigrante refugiado no Brasil

O fato migratório é tão antigo quanto a história do mundo e, de acordo com Kartzow (2009), é oriundo do surgimento do ser humano se deslocar em busca de melhores condições de vida e a imigração no Brasil não é diferente. O mesmo autor lembra a invasão pelos portugueses em 1500 e os finais do século XIX e XX quando os europeus tiveram como destino este país. Mas, durante as últimas décadas, o Brasil teve, conforme Bógus e Rodrigues (2011), avanços em relação à migração e à proteção dos imigrantes refugiados. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma lei (Lei 9.474/97) que instituiu o Conselho Nacional para Refugiados (CONARE) que é um órgão composto por representantes dos Ministérios da Justiça (que o preside), das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, do Departamento da Polícia Federal (DPF) e por ONG's que realizam trabalhos solidários de proteção ao refugiado. A Lei 9.474/97 é uma proteção em três partes, isto é, uma proteção do Estado, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado (ACNUR) e da sociedade civil. Bem diferente do acontecido com a Convenção de

1941 a qual destacava que refugiados eram somente os originários da Europa, ou seja, apresentava uma demarcação geográfica para o termo utilizado.

Para os fins da presente Convenção, as palavras “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”, do artigo 1º seção A poderão ser compreendidas no sentido de ou

a) “Acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa”

b) “Acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures”.
(Bògus; Rodrigues, 2011, p. 104).

As imigrações internacionais para o Brasil, conforme destacado por Uebel e Rückert (2016), vêm ganhando destaque desde o ano de 1985. O historiador Herbert Klein e o economista Edmar Bacha apontaram este ano como o divisor de águas nas relações do Brasil com as escalas globais (articuladas em rede) em diversas questões setoriais, como da abertura à democracia no país. Ou seja:

“As razões que levaram a este deslocamento de pessoas em crescimento verificado ao longo das últimas três décadas foram motivadas especialmente pela própria transformação das relações e escalas a nível internacional, tendo-se, por exemplo, questões de conflitos étnicos e civis, desastres naturais, condições econômicas e laborais como repercussões e “fomentadoras” de tal processo em uma escala global.” (Uebel; Rückert, 2016, p. 2).

Os motivos pelos quais os refugiados saem de sua terra natal, conforme Silva (2020), são bem claros, mas as razões pela qual chegam ao Brasil são diversas, indo desde a semelhança com o idioma (no caso de latino-americanos e mesmo africanos lusófonos), até possibilidade de se obter a carteira de trabalho para, posteriormente, trazerem seus familiares.

Segundo Bauman (2017), a migração não é um fenômeno recente e tem acompanhado a era moderna desde os primórdios mesmo que, muitas vezes, mudando e, por vezes, revertendo a direção. A população e a polarização do mundo, de acordo com Bauman (1999), não é uma interferência externa, estranha, perturbadora, um entrave ao processo de globalização – é efeito dele, é um destino irremediável do mundo, um processo irreversível.

Os migrantes refugiados têm batido nas portas e “para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos” e “sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas – adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida” (Bauman, 2017, p.13).

Os refugiados, para Annoni e Valdes (2013), são seres humanos que se encontram em situações que os obrigam a migrar em busca de proteção em função de bem-fundado temor de perseguição ou de grave e generalizada violação de direitos humanos. Tal proteção contempla algumas espécies de solução duradoura para acesso aos meios de subsistência dentre os quais

se incluem a integração local a outras sociedades que lhes são, muitas vezes, culturalmente estranhas.

Pela integração local, o titular do direito ao refúgio se insere na sociedade de acolhida onde deve se estabelecer com dignidade, o que faz do trabalho parte fundamental de todo o processo. Não podemos esquecer que a este imigrante foi negada proteção de qualquer espécie pelo seu próprio Estado de origem ou residência habitual, o que ressalta ainda mais a importância de a integração local no Estado de acolhida para ali obter os recursos para a vida com dignidade, entendendo dignidade como os meios dentre os quais se incluem, com destaque, o acesso ao direito ao trabalho que é, como escrevem Annoni e Valdes (2013):

“elemento essencial da dignidade humana, bem como da capacidade de alcançar a autossuficiência econômica, uma das pedras angulares da integração bem-sucedida dos refugiados no seu país de acolhimento”. (Annoni; Valdes; *op. Cit.*, p.135).

A integração local, segundo Crisp (2004), tem três dimensões inter-relacionadas: dimensão legal, dimensão econômica e dimensão social. A dimensão legal se dá pela expressão da progressiva aquisição de direitos no Estado de refúgio. Por sua vez, a dimensão econômica é realizada pela autossuficiência, pela implementação de um modo de vida sustentável onde o acesso ao trabalho assume o viés da conquista de renda e faz tornar a população refugiada menos dependente de programas assistenciais, além de contribuinte da economia local. Já a dimensão social da integração é conquistada a partir de um convívio a que o autor chama de pacífico e não discriminatório com a população local e ocorre a partir da criação de laços afetivos. Segundo Tarantini (2016), o trabalho é visto como um facilitador da aceitação dos refugiados na sociedade na qual se encontram, favorecendo o aprendizado da língua, o estreitamento dos vínculos de convivência e amizade, além da formação de rede de apoio profissional.

Existe a percepção de que a integração local, através do trabalho, é recurso para a garantia de dignidade do refugiado no país de acolhimento e que os instrumentos de viabilização desta integração devem ser proporcionados. Mas, ao chegar ao Brasil o solicitante de refúgio formaliza seu pedido preenchendo um protocolo na Polícia Federal que lhe dá direito a possuir uma Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) com rapidez. No entanto, verifica-se, ao passar do tempo, que estes documentos não lhe dão direito ao trabalho, pois é grande a recusa das empresas em empregá-los. O motivo desta recusa são os obstáculos administrativos que, segundo Sozansky, Sarmiento e Reyes (2016), desencorajam a contratação de refugiados e a formalização de suas condições de emprego. Como afirma Pagoto (2016), a facilidade em adquirir os documentos,

contudo, não alcança a validação de diplomas e certificados profissionais que, devido ao alto custo, muitas vezes relega o refugiado a atividades de menor qualificação e com piores remunerações.

O problema social que a realidade da imigração constitui e que não é necessariamente definido pela população, conforme Sayad (1988), é relativamente recente. E, atualmente, somado ao problema social, existem a ausência de política pública, os complicadores burocráticos relacionados à documentação e o cenário de forte desaceleração da economia brasileira que chamava uma atenção maior no período de 2017 e 2018, justamente o período de realização da capacitação fornecida pela Pares Caritas. Esta desaceleração é sentida no mercado de trabalho e demonstrada no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017) que apresenta os dados gerados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Brasileiro– CAGED (ver figura 1).

FIGURA 1 – GRÁFICO RELATIVO AO NÚMERO DE BRASILEIROS
DESEMPREGADOS EM 2017



Fonte: Caged/TEM. Elaboração Grupo Conjuntura da Dimac/IPEA (2017)

A sofisticação e acessibilidade das novas tecnologias de comunicação e o desenvolvimento e barateamento dos meios de transporte, como descreve ElHajji, M. (2011), resultaram naquilo que Harvey (1992) conceituou como “encolhimento do planeta”. Assim, a migração não pode ser vista como anomalia ou exceção, mas sim como regra absoluta que sustentou o inicial processo de hominização, propiciou as bases materiais de nossa capacidade de abstração e continua reformulando o sentido ontológico de / do ser humano e o significado social e histórico do sujeito. Não somos migrantes por opção, mas sim pela nossa própria condição humana.

A delimitação geográfica foi retirada, em 1967, do Estatuto de Refugiado. Isto quer dizer que um refugiado vindo de qualquer continente poderia ser reconhecido. Após a II Guerra Mundial (1939-1945), quando mais de 40 milhões de pessoas se deslocaram no interior da Europa (ACNUR, 2000), os direitos humanos começaram a ser debatidos internacionalmente e esse debate gerou o regime internacional dos direitos humanos no campo da ONU através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que pronuncia o direito de usufruir de asilo a toda pessoa vítima de perseguição. De acordo com Bògus e Rodrigues (2011), após esta declaração ocorreu vinda de imigrantes refugiados para o Brasil, mas entre 1964-1985, com o regime militar no Brasil, o governo brasileiro deu preferência em conceder o estatuto de asilo, e não de refugiado, para os não europeus. Esta decisão foi determinada, na década de 1970 e 1980, devido a regimes autoritários na América Latina. Em decorrência, o Brasil, em 1977, recebeu o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) cujo objetivo principal era receber cerca de 20 mil refugiados latino-americanos que chegavam a este país vindos do Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai. Eles recebiam visto de turista e eram reassentados na Europa, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Assim, o Brasil era somente um país de passagem.

Somente em 1986, o Brasil começa a aplicar a Declaração de Cartagena de 1984 que aponta, seguindo Bògus e Rodrigues (2011), ideias inovadoras para o reassentamento de refugiados na América. Esta redistribuição atende a aspectos locais da região. A partir desta época, o Brasil começa a considerar refugiadas pessoas que tenham saído de seus países devido a guerras, por ameaças, pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Nos anos de 1990, promulgou-se uma nova ordem internacional. Destacou-se a busca de cooperação nas relações internacionais. Os direitos humanos foram discutidos na

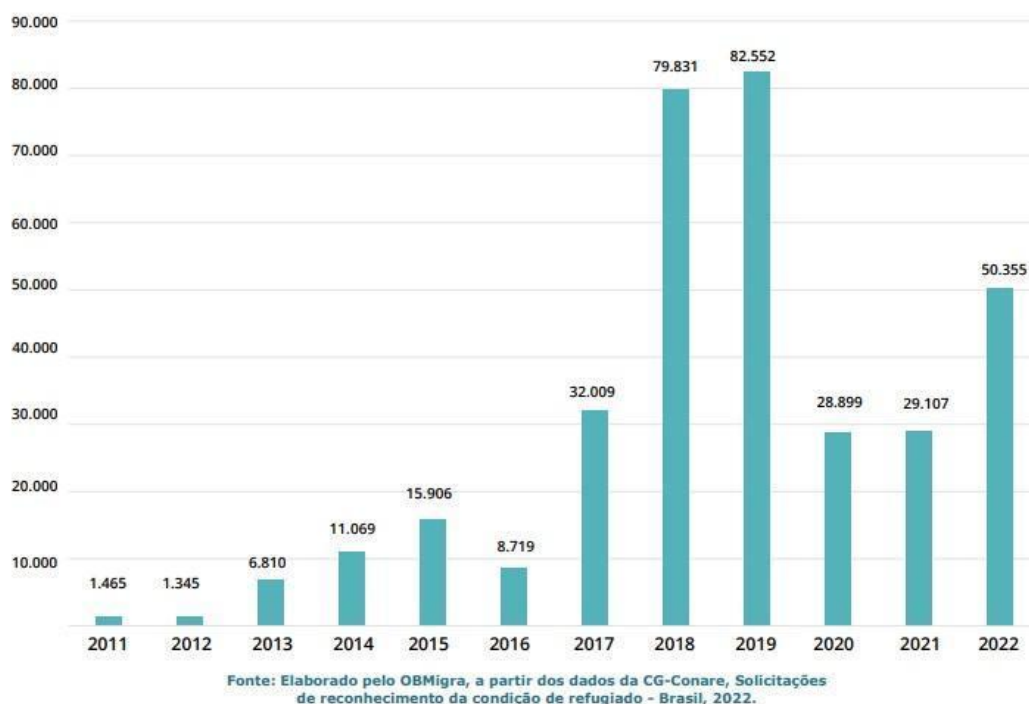
Conferência Internacional da ONU, em 1993. Neste evento, o tema das migrações internacionais forçadas veio à tona, ressaltaram-se a crise global dos refugiados e a necessidade de se repartir encargos entre países envolvidos nos fluxos. (Trindade, 1994; Alves, 2003).

De acordo com Uebel e Rückert (2017), o Brasil vive um aumento de recebimento de imigrantes, no início do século XXI. Os registros do número de imigrantes entre os anos de 2000 e 2010 teve aumento de 451,18%, enquanto os Estados Unidos, país cuja característica de receber imigrantes é clássica, teve um crescimento de 23,97%.

Nesse sentido, conforme escreve Moreira (2010), o Brasil se destaca com o trabalho que vem fazendo com imigrantes refugiados e conseguiu atingir o posto de 12º país que mais reassenta refugiados no mundo, desde 2006. Apesar desta condecoração, esta posição lança debate, pois emerge a possibilidade de possíveis conflitos com residentes locais, já que os refugiados podem se inserir tanto em programas de assistência, quanto em programas específicos. Com a intenção de evitar o comportamento hostil para com os imigrantes que aqui aportam, surgem ações de conscientização da condição de refúgio e programas que beneficiem ambos os lados.

O *Relatório Refúgio em Números*, do ano de 2022, promovido pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), pelo Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça e elaborado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), indica que a imigração apresenta dinamismo, ao longo dos últimos anos no Brasil. O Sisconare, sistema por meio do qual se solicita o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, informa que, no ano de 2022, o Brasil recebeu 50.355 solicitações de reconhecimento e, de acordo com o relatório, somadas as solicitações registradas a partir de 2011, totalizam 348.067 solicitações protocoladas desde o início da última década. Vale lembrar que protocolada não quer dizer aceita. Com isso, o ano de 2022 registrou uma variação de 73% em relação ao ano anterior (Figura 2).

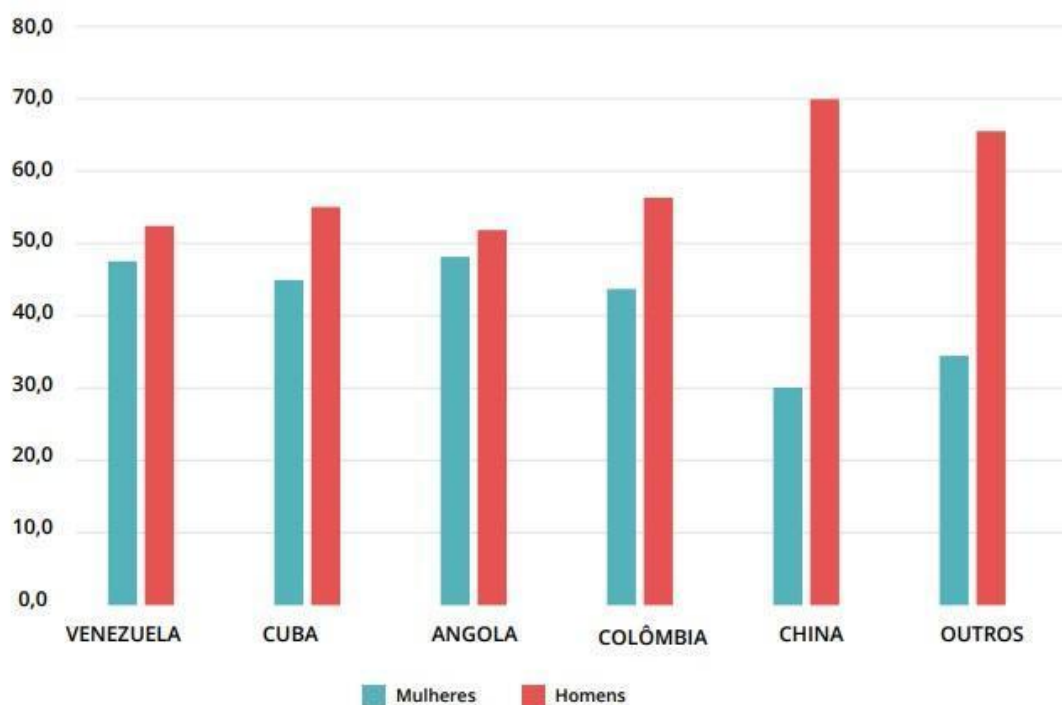
FIGURA 2 - NÚMERO DA SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO POR ANO



Fonte: Elaborada pelo OBMigra, a partir dos dados da CG – Conare - Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – Brasil, 2022.

Os dados sociodemográficos destes solicitantes nos fazem saber que parte das pessoas eram de nacionalidade venezuelana ou tinham este país como residência. Em seguida, vem a nacionalidade cubana. O relatório nos informa, também, que os homens solicitantes de refúgio correspondem a 54,6%, enquanto as mulheres representam 45,4% das solicitantes de refúgio. A variação de distribuição por sexo é do Suriname onde encontramos uma proporção de 51,2% de solicitantes homens e 48,8% de mulheres. Os angolanos não estão tanto atrás nos números de solicitantes de refúgio, há um total de 51,8% de homens para 42,2% de mulheres. E os venezuelanos se distribuíram em 52,4% homens e 47,5% mulheres (figura 3). Os solicitantes de refúgio do Senegal apresentaram uma discrepância dos números entre homens e mulheres sendo uma proporção de 88,0% para homens e 12,0% para mulheres.

Figura 3 - Gráfico Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG-Conare, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Brasil, 2022.

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG – Conare, Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – Brasil, 2022.

A situação do refugiado, segundo Rocha e Moreira (2010), deve ser examinada de acordo com dois aspectos: o aspecto humanitário e o político, mas também não podemos esquecer o duplo caráter que combina elementos da política externa com a política doméstica de um país. O caráter humanitário está baseado em um dos artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* a qual defende que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (UNESCO, 1998, p.3). E o caráter político por trazer a questão que é a luta de muitos refugiados para adquirirem o reconhecimento pelo país de acolhimento, pois sem este ele permanece com a nacionalidade de seu país de origem e, portanto, sem direitos reconhecidos no local onde se encontra.

A aprovação da Lei das Migrações, em 2017, segundo França, Ramos e Montagner (2019), é um passo importante para o sistema de refúgio brasileiro, todavia, segundo os autores, só será oportuna se o governo brasileiro realizar uma revisão documental da legislação aplicada ao tema das políticas públicas que atendam o acolhimento do refugiado e, sobretudo, financiar ações estratégicas para os Estados e Municípios que receberão estas pessoas. De acordo com Andrade (2013), as políticas públicas precisam ter um olhar mais

específico para as mulheres refugiadas, pois, muitas vezes, ficam impossibilitadas de se inserir no mercado de trabalho devido à maternidade e falta de creches, caso que pude presenciar nas mulheres imigrantes refugiadas que fizeram parte da capacitação. Outro ponto relevante deixado de lado, segundo Moreira (2014), é a ausência da participação do refugiado no processo de elaboração e avaliação das políticas públicas destinadas a eles.

Um ponto, todavia, é consensual entre os estudiosos e protagonistas das migrações e do processo de globalização: o fato migratório, de acordo com ElHajji (2013), é definitivamente aceito como um fenômeno histórico incontestavelmente irreversível. Não é mais razoável imaginar o mundo sem seus fluxos humanos e simbólicos ou conjecturar sociedades monolíticas e uniformes, fundadas na unicidade e/ou exclusividade de suas origens nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas.

Mesmo com sua própria lógica, as migrações contemporâneas, como relata Mezzadra (2007), parecem caracterizadas por uma multiplicação de padrões de migração, forte aceleração de fluxos, aumento na complexidade de sua composição e crescente imprevisibilidade de suas direções. Condição tal que, de acordo com Sayad (1988), faz com que a migração possa ser vista como um sistema, pois é dotada de uma lógica própria, tem seus efeitos e suas causas, bem como suas condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação.

Sendo assim, ao invés de nos recusarmos a encarar os desafios de nossa época, lavando as mãos e nos isolando das diferenças, dessemelhanças e estranhamentos, devemos procurar oportunidades de entrar num contato estreito e, como escreve Bauman (2017), cada vez mais íntimo com os imigrantes resultando, ao que se espera, numa fusão induzida e planejada, embora exacerbante.

Segundo Annoni e Valdes (2013), o refugiado tem como característica o abandono de suas famílias e seus países de origem para outros em virtude de perseguições políticas, culturais, sociais, religiosas e de gênero, ou devido à grave e generalizada violação de direitos humanos sendo obrigado a pedir refúgio em outra nação. Portanto, ainda segundo Annoni e Valdes (2013), refugiados são pessoas que não podem ou não querem voltar para onde vieram e esperam encontrar, em outro país, a segurança e o amparo legal de proteção dos direitos humanos, buscando melhores condições humanitárias para viver bem, isto é, condições que seu país de origem negou. Já Bògus e Rodrigues (2011) tratam o termo para caracterizar pessoas em relação ao espaço se referindo a pessoas em movimento e com direitos (humanos, políticos e sociais). Refugiado tem uma separação em relação ao termo “migrante econômico”

(voluntário/involuntário; razão econômica/razão política; sociedade de origem não violenta/sociedade de origem violenta); “migrações internas”, para aquelas cujos migrantes se movem dentro do país e “migrações internacionais” para os movimentos de migrantes entre países, além de suas fronteiras. (IMDH, 2011). A diferença é que um migrante goza da proteção do governo do seu país; um refugiado, não.

Já migrante, para Bògus e Rodrigues (2011), é toda pessoa que se desloca de sua residência comum para outro município, região ou país. A palavra migrante é aplicada, geralmente, para qualquer tipo de migração, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar, mesmo que tenha algumas maneiras específicas para nomear como imigração (para a entrada) e emigração (para a saída). Por sua vez Schütz (2010), filósofo e sociólogo, contribui com o termo “estrangeiro” que é utilizado para significar um indivíduo adulto que tenta ser permanentemente aceito, ou ao menos tolerado, pelo grupo do qual se aproxima.

O estado de Ser imigrante se trata de um estado provisório que, segundo Sayad (1988), pode se prolongar indefinidamente ou, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se vive com intenso sentimento de provisoriedade. Nesta condição, o imigrante só aceita emigrar, só aceita viver em terra estrangeira com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação passageira e que, acrescento eu, quando seu país o aceitar novamente, ele retorna às suas origens.

Outros autores como Moreira *et al.* (2007, p. 528) seguem o pensamento de impermanência dizendo: “Imigrar, no sentido da palavra propriamente dita, significa entrar em um país que não é o seu de origem para ali viver ou passar um período de sua vida”. Se buscarmos o conceito de migração apontado por Coutinho e Oliveira (2010, p. 548), temos: “O termo migração deriva do latim *migrare*, ou seja, passar de um local para outro”. Mas, de acordo com Moreira (2014), muitas vezes, a provisoriedade, e podemos incluir, neste caso, a documentação que os aceita como refugiados, se arrasta por anos e décadas enquanto os imigrantes e refugiados vão se transformando, descobrindo maneiras de se restabelecer, estabelecendo relações sociais, laços afetivos e famílias, no país de acolhimento, que os impedem de regressar ao país de origem.

O resultado desta impermanência, segundo Sayad (1988), é que todos acabaram por acreditar que o imigrante tinha um lugar durável e este lugar era à margem e na parte inferior da hierarquia social. Assim, a garantia de permanência é compartilhada por todos, inclusive pelos imigrantes, e ainda é arrematada pela legislação que, mesmo garantindo a emissão de documentos nacionais para o trabalho de maneira ágil através do preenchimento de um

Protocolo Provisório na Polícia Federal (BRASIL, 2014) o qual confirma a solicitação de refúgio e lhe assegura a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), há a recusa das empresas em empregar pessoas apenas com estas documentações exigindo, também, comprovação de diplomas de seus países de origem. Diplomas estes que, segundo Pagoto (2016), possuem custos altos e incluem, também, são morosos na aquisição, o que proporciona mais um fator para relegar ao refugiado ainda mais dificuldade no preenchimento de um posto de trabalho adequado às suas qualificações, acabando, por falta de opção, assumindo, se é que posso chamar assim, atividades que exijam menor qualificação e piores remunerações.

Para Coutinho e Oliveira (2010), a migração é mais que somente a mudança espacial, é uma experiência de perda, ruptura e mudança que pode ser vivida de forma traumática ou não dependendo da estrutura e dos recursos de cada um e das particularidades do país receptor. Aqui a questão do idioma é importante, pois pode ser o gatilho de conflitos entre o imigrante e o nativo já que muitos podem ver o imigrante com o pensamento de que ele poderá competir com bens e emprego ocasionando discriminação e preconceito.

Pelo prisma da imigração, esta dificuldade é nomeada, por Sayad (1988), de discriminação de direito e discriminação de fato onde uma atribui a justificativa da outra se sustentando mutuamente e encontrando o princípio de todas as segregações e de todas as dominações geradoras de racismo. Este ponto ainda parece fortalecer o apelo incessante e insistente para que os imigrantes refugiados se lembrem de que devem se conformar ao imperativo segundo o qual eles continuam sendo dispensáveis e expulsáveis, o que nos faz acreditar que o imigrante se encontra em uma situação, excepcionalmente, diferente do trabalhador nativo, do trabalhador nacional.

A burocracia do procedimento de legalização foi racionalizada a tal ponto, por meio dos princípios impessoais de cálculo racional, eficiência técnica e controle, que, como observou Weber (2012), o Estado e as empresas avançaram no controle da vida dos indivíduos impossibilitando a empregabilidade no país de acolhimento. Este quadro, segundo o sociólogo alemão, impulsiona o distanciamento dos laços afetivos entre os indivíduos por pressão da racionalidade requerida ao homem moderno.

O aspecto que devemos enfatizar, segundo Giroto e Angeli Teixeira de Paula (2020), é que muitos imigrantes refugiados chegam ao Brasil com seus diplomas de cursos superiores, ou mesmo de pós-graduação, mas estes documentos não são reconhecidos e cabe ao imigrante, por questão de urgência, assumir trabalhos em outras áreas e níveis. A legislação

brasileira, na Resolução CNE/CES Nº 1, de 28 de janeiro de 2002, “estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior” (Brasil, 2002, p.1), mas estes precisam ser compatíveis com o currículo, os títulos ou habilitações consideradas pelas instituições brasileiras. Entende-se compatíveis por abranger áreas congêneres, similares ou afins, aos que são oferecidos no Brasil (Brasil, 2002). Outro aspecto é a inclusão dos imigrantes refugiados em cursos superiores do Brasil que ocorre somente via exames vestibulares em universidades e faculdades ou pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) cuja barreira maior é o idioma. Assim, esta forma de inserção passa a ser excludente.

Com isto, a imigração acaba, sob a influência de diversos fatores, por se constituir como “problema social”. Com este estigma, se é que podemos chamar assim, a população imigrante constitui, atualmente, o alvo privilegiado do trabalho social que, de acordo com Redin (2013), ultrapassa o simples problema da formação de contingente de reserva pela ausência de vagas, para alcançar também um padrão de mercado protetivo dos habitantes nacionais.

Todas estas dificuldades encontradas na conquista de um trabalho podem demonstrar que as fronteiras estão se tornando cada vez mais rígidas, como apontam Lucchesi e Malanga (2011). E não estamos falando somente das fronteiras geográficas com suas leis próprias e que abrem caminhos para receber esta população, mas também as fronteiras culturais existentes entre os indivíduos do país de acolhimento e os imigrantes refugiados que ali chegam. Assim, não podemos nos esquecer dos desafios gerados pela integração desta nova cultura sem negá-la, submetê-la ou deformá-la, pois, diante das condições de mudanças que o mundo está vivendo, a cultura adquire um valor de segurança.

De acordo com Schütz (2010), neste valor, o imigrante, quando chega ao país solicitante de refúgio, além de tentar entender as questões de trabalho, ou melhor, da ausência dele, ainda precisa interpretar o padrão cultural do grupo social do qual se aproxima para orientar-se na tentativa de ser aceito ou, ao menos, tolerado.

As refugiadas imigrantes da capacitação da Pares Caritas do Rio de Janeiro eram mulheres africanas e venezuelanas, de idades variadas, que vieram com família e filhos, muitas sem seus companheiros e contavam apenas com elas mesmas. Cada uma tinha suas histórias que se entrelaçavam com algumas semelhanças, sendo o trabalho a força propulsora da participação do grupo no curso oferecido pela Pares Caritas. Era a esperança de um futuro no país de acolhimento, uma ideia de portas que poderiam se abrir após o recebimento do tão

aguardado certificado de conclusão. Muitas das participantes até questionavam se a instituição Pares Caritas iria patrocinar, financeiramente, este trabalho, ou se os instrutores do treinamento estariam junto com o grupo nas tomadas de decisões e ficavam visivelmente decepcionadas na negativa a esta ação sem que isto as fizesse desistir de continuar. Estes questionamentos me faziam refletir até que ponto o processo de capacitação tinha ficado claro ou sido esclarecido para estas participantes e se o fato de o aceitarem como é era uma concordância ou uma ausência de opção.

Este comportamento da instituição faz recordar o que Schütz (2010) escreve sobre o homem, mas que podemos aplicar para a organização, ou seja, ela toma como garantido que seu semelhante entenderá seu pensamento, ou seja, sua proposta de trabalho se expressada em linguagem simples, e responderá de acordo sem ao menos questionar o que gostariam de fazer, e acrescento sem arguir em que gostariam de trabalhar, se entendiam o que era empreender e se este era o caminho que imaginavam trilhar no país de chegada.

Para o imigrante, a descoberta de que coisas em seu novo ambiente parecem diferentes das de sua terra natal é, frequentemente, o primeiro choque. Abalo que o transforma, de um observador, para um suposto membro do grupo aproximado, ou seja, o entendimento que possuía não é mais satisfatório para a compreensão do que acontece e outro tipo de conhecimento é requerido para sua interpretação.

É certo que o pensar habitual pode ser mantido, como refere Schütz (2010), que algumas suposições básicas conservem-se verdadeiras, que nossas experiências passadas serão suficientes para controlar situações futuras; que podem confiar no conhecimento legado pelos pais, professores, governos, tradições, hábitos, mas se somente uma dessas suposições deixar de sustentar a prova, o pensar habitual se tornará impraticável e o padrão cultural não mais funcionará o que revela que sua aplicabilidade está restrita a uma situação histórica específica.

Neste sentido, o padrão cultural do grupo de origem do estrangeiro, descrito por Schütz (2010), continua a ser o resultado de um ininterrupto desenvolvimento histórico e um elemento de sua biografia pessoal que é o inquestionável esquema de referência de concepção do mundo. Para as participantes tanto o cabelo, quanto a gastronomia tinham significados profundos ligados ao histórico, à biografia de cada uma. Quando questionadas sobre o significado destes dois pontos, as respostas era que representavam a força, o sangue, a arte, a história delas.

A integração ao país de destino, para Kuhlman (1991), é um processo em que os refugiados não esquecem sua própria identidade e sua cultura, mas se tornam parte da sociedade que os acolhe à medida que convivem ajustando seus comportamentos e atitudes entendendo suas diferenças e seus direitos de permanecer com sua cultura do país de origem.

Através da identificação entre a história de vida e o objeto do trabalho, ou seja, suas referências de vida com a culinária e os cabelos, as imigrantes começavam a interpretar seu novo ambiente social nos termos do pensar. Muitas vezes, este pensar ficava evidente nas falas das integrantes do grupo de capacitação como a frase que segue:

Eu estou esperando me tornar uma cabelereira especializada aqui no Brasil, mas quero aprender também. Eu saí com minha experiência lá da África e eu quero aprender experiência daqui. Tipo fazer corte de mulher e de homem. É isto que eu quero porque o cabelo nosso é muito diferente e é isto que eu quero mais aprender. (M. 3 anos no Brasil, 2018).

Esta interpretação seria a “tradução” dos termos do padrão cultural do grupo interno nos termos do padrão cultural de seu grupo de origem, sob a condição de que, neste padrão cultural de origem, existam, na melhor das hipóteses, equivalentes interpretativos destes termos. Em referência a Schütz (2010):

“Somente após determinado conhecimento da função interpretativa do novo padrão cultural que o estrangeiro começa adotá-lo como esquema de sua própria expressão. Sendo assim, o padrão cultural do grupo aproximado para o estrangeiro não é um abrigo, mas um campo de aventuras, um questionável tópicos de investigação, um labirinto no qual ele perde seu senso de direção”. (Schütz, *Op. Cit.*, p.125).

Quando o estrangeiro se aproxima do padrão cultural do país de chegada, ele se transforma, segundo Schütz (2010), de um observador para um suposto membro do grupo aproximado e este padrão deixa de ser subjetivo em seu pensamento e passa a ser um segmento do mundo que tem que ser dominado por ações e outro tipo de conhecimento é requerido para interpretação. Somente após a reunião de um determinado conhecimento da função interpretativa do novo padrão cultural, o estrangeiro pode começar a adotá-lo como esquema de sua própria expressão.

A migração, de acordo com ElHajji (2011) é, em si, um movimento duplo e dúbio no qual imigração sempre equivale a emigração, chegada e partida, expectativas e frustrações, sorrisos e lágrimas. Mas também significa possibilidade de hibridizações, cruzamentos subjetivos, afetivos, simbólicos, imaginários e materiais. São laços de sentido que se tecem, se intensificam e se densificam, costurando a teia simbólica global que vem cobrindo o mundo e transformando a sua morfologia social e humana em todos seus níveis; desde o discursivo e imaginário até o físico e biológico.

Os laços de sentidos eram tecidos com as imigrantes refugiadas nas trocas de histórias de vidas. Era no contar sobre suas experiências com a culinária e com tratamento dos cabelos que eu, enquanto facilitadora, e os membros da instituição conhecíamos mais sobre cada uma das mulheres e sobre sua cultura. E, através deste conhecimento, conseguíamos inserir a cultura brasileira como um exercício de cruzamentos subjetivos, afetivos, simbólicos, imaginários e culturais. Era por meio deste processo de comunicação das narrativas de vida que, conforme relata Schröder (2008), a cultura passava a ser internalizada, externalizada e modificada. E esta modificação ia se evidenciando no discurso das participantes.

De acordo com Schültz (2010), o conhecimento correlacionado ao padrão cultural carrega a evidência nele mesmo. É um conhecimento de receitas confiáveis para interpretar o mundo social, mas, se somente uma das suposições deixar de sustentar a prova, o pensar habitual se torna impraticável interrompendo o fluxo do hábito e fazendo surgir condições transformadas de consciência e prática. O padrão cultural não mais funciona como um sistema de testadas receitas à mão, era justamente um outro pensar, um pensar modificado, mas não abdicado da cultura de origem.

O pensar habitual do estrangeiro tem limites e esta experiência ensina que o imigrante, como diz Schütz (2010), pode perder seu *status*, suas regras de orientação e, até mesmo, sua história já que o estilo de vida normal é menos garantido do que parece e, ainda acrescento ao escrito pelo autor que, por mais que reconheça as diferenças e semelhanças entre uma cultura e outra, o estrangeiro se revela não disposto ou inapto a substituir inteiramente seu padrão cultural de origem pelo novo padrão cultural.

Segundo Moreira (2007), os refugiados são vistos como estranhos. São denominados estrangeiros por não pertencerem à nação, carregam em si a transitoriedade e são estranhos aos códigos sociais, étnicos, culturais do país de acolhimento. Devido a seu trânsito entre o país de destino e o país de origem e ao estranhamento, acabam em uma posição marginal em termos de identidade, de cultura e da sociedade no país de destino.

Em vez de vitimizar a figura desse imigrante, de acordo com ElHajji, (2014), é preciso avaliar suas aptidões sociais, psicológicas e econômicas e, também, como informa França, Ramos e Montagner (2019), realizar e incentivar (palavras minhas) a pesquisa de literatura acadêmica sobre este tema no Brasil. Muitos estudiosos brasileiros estão pesquisando este tema conforme apontado abaixo (Quadro 1)

Quadro 1 – autores e temas de pesquisa

Pesquisadores da Imigração e do Refugiado no Brasil	Temas Pesquisados
ELHAJJI, Mohammed	Migrações Transnacionais, Diásporas, Comunicação Intercultural
LUCCHESI, Martha Abrahão Saad	Pesquisa em Educação, Internacionalização da Educação Superior, Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade.
MALANGA, Eliana Branco	Psicopedagogia, educação, semiologia, linguística linguagens artísticas e comunicação
ANNONI, Danielle	Sistema Interamericano e Europeu de Direitos Humanos. Direitos internacional dos direitos humanos. Direito humanitário e conflitos armados. Direito internacional de refugiados e migrantes.
ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti	Migrações, fluxos e trânsito de pessoas e culturas com suas interseções nas experiências interculturais e interações comunicativas; Diversidades, diferença e alteridades a partir da problematização dos direitos e das representações; Consumo cultural, trabalho migrante e cidadania
FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz	Estratégia e empreendedorismo imigrante
CRUZ, Eduardo Picanço	Empreendedorismo de imigrantes

Continuando com ElHajji, (2014), migrar é, por si só, uma competência inigualável, uma prova irrefutável da tenacidade, espírito de iniciativa, pioneirismo e empreendedorismo do migrante. Ser capaz de abandonar sua terra de origem, suas redes sociais e familiares, sua língua, seus usos e costumes para enfrentar uma realidade desconhecida e, frequentemente, hostil não é – convenhamos – uma empreitada anódina e ao alcance de todos.

4.2 Trabalho e Empreendedorismo

O Brasil foi marcado pela transição do sistema colonial escravista em que os negros africanos eram escravizados e utilizados como força de trabalho, só sendo libertos em 1888, para o sistema capitalista. Lara e Diogo (2022) explicam esta transição entre os dois sistemas e a relação existente:

O processo de reprodução de um modo de produção, em sua maneira simples ou ampliada, implica necessariamente dois polos interdependentes: de um lado, o processo de produção, que objetiva as mercadorias através do processo de trabalho/valorização e, de outro, o processo de circulação, que se trata da efetivação valorativa da troca, isto é, a realização do processo de reprodução. Na relação colonialista, é evidente que o processo de produção ficava por conta da colônia e sua efetivação, no processo de circulação, dava-se pelo monopólio comercial da metrópole. Assim, temos num extremo a produção mercantil escravista e noutro a troca mercantilista, ambas no elã ascendente do capital mercantil. [...] Por

consequente, o sistema estava praticamente constituído, e o que se segue nos próximos séculos é o seu desenvolvimento e aprofundamento. (Lara; Diogo, 2022., p. 76).

A utilização da imigração para aumentar a força de trabalho continuou após a Segunda Guerra Mundial, como relata Campos (2015), com a vinda de europeus para constituir a tal força.

Nos anos de 2010 e 2020, no Brasil, de acordo com publicação do *Observatório das Migrações Internacionais* [OBImigra], houve um aumento dos registros de imigrantes. De acordo com Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021), uma das principais nacionalidades era a venezuelana. Esta imigração teve maior destaque em 2018 devido à crise humanitária que interferiu no setor econômico e foi marcada pela violação dos direitos humanos. Este acontecimento repercutiu, não somente, devido à falta de itens básicos, como também aos altos índices de desemprego.

A escolha dos venezuelanos pelo Brasil pode ser explicada através da facilitação dos acordos do bloco Mercosul:

Já na primeira década do século XXI, o Acordo de Residência do Mercosul passou a ser uma realidade na região, garantindo o direito à residência, ao trabalho e à seguridade social, de forma recíproca, aos nacionais dos países membros do Mercosul e, posteriormente, também foram incluídos os países associados ao bloco. (Cavalcanti, 2021, p.11)

Outro ponto a ser evidenciado é o da divisão internacional do trabalho onde, enquanto no hemisfério Norte havia a utilização de maquinários mais modernos com a mudança do perfil da classe trabalhadora, ou seja, havia desenvolvimento do capital, no hemisfério Sul, ainda existia, de acordo com Antunes (2018), o capitalismo tardio em que as condições precárias de trabalho eram apresentadas pelo trabalho braçal na agricultura, pelos trabalhos informais com desgaste físico, baixa remuneração e ausência de direitos.

Transformar o trabalho em mercadoria e super explorá-lo é uma realidade da sociedade capitalista, principalmente no quadrante da América Latina, que ao instituir as formas de opressão e acumulação exigiu que a classe trabalhadora fosse em busca de proteção contra os efeitos dessa superexploração. (Couto, 2015, p.668)

Já no Governo militar de João Figueiredo (1980), decretou-se o *Estatuto do Estrangeiro* – Lei Nº 6.815/1980 destinada a estabelecer a segurança nacional e o estrangeiro. Como escrevem Santos e Müller (2019), era um potencial risco para a nação brasileira. O nome Estrangeiro será trocado por Migrante, em 2017, com a Lei de Migração – Lei nº 13.445 garantindo diversos direitos às pessoas em deslocamento. Uma nova perspectiva sobre o que significam os sujeitos em movimento inicia dando lugar à dignidade humana, pois o

estrangeiro passa a ser reconhecido como “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (Brasil, 2017). Com esta mudança “Ao migrante é garantida, no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil 2017).

Em 2018, é iniciada a operação acolhida com o projeto de interiorização do Governo Federal com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ademais, o governo federal, com o apoio de demais instituições – a exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), tem colocado em prática no país uma estratégia chamada “Interiorização”, que faz parte da Operação Acolhida iniciada em 2018 (ACNUR, 2022).

Assim, a principal preocupação dos líderes de governo do mundo inteiro em relação à imigração é como acolher o grande contingente de pessoas que abandonam sua história – incluindo bens materiais, diplomas e trabalho - para chegarem aos países receptores desprovidos de todas essas posses no afã de reconstruírem suas vidas pessoais e ocupacionais, e, através dos dados do MIPEX – *Migrant Integration Policy Index* – (Solano; Huddleston, 2020), relatório que avalia as políticas de acolhimento de imigrantes realizadas em países dos 6 continentes, o Brasil se inclui como um país acolhedor.

Mas, de acordo com Bastos *et al.* (2022), quando observamos a população imigrante que chega ao Brasil, percebemos que a maior parte é proveniente de países periféricos como é o caso da Venezuela e, em minhas palavras, a África, o que os mantém à margem da sociedade aumentando a barreira da visualização como semelhante para, aos olhos dos habitantes do país de chegada serem vistos, de acordo com Jones (2008), Berry e Bell (2012), além de Bauman (2017), como “os outros”. A conotação de inferioridade era como um determinante para dizer que estes eram pertencentes ao “lado de fora” do país. De acordo com Sayad (1998), o *status* negativo que é relacionado à imigração e ao refúgio é um causador de dupla discriminação.

Através da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o Brasil reconhece na produção de trabalho, emprego e fontes de renda um pilar para a dignidade humana identificando-o como direito básico da população. Segundo Araujo e Alexandre (2014), com a Constituição de 1988, o Brasil passa a ser responsável pela consagração de importantes princípios para o campo do trabalho ou nos que se conectam direta ou indiretamente com ele, por exemplo, o princípio da valorização do trabalho, mormente, do emprego. Assim, de acordo com os autores, se elegeu ainda a dignidade da pessoa humana como um norte a ser

seguido por todos indistintamente. Nessa medida, a dignidade humana se satisfaz a partir do momento em que o indivíduo tem materializado seus direitos vitais mínimos, responsáveis por proporcionar o respeito e qualidade de vida a todo ser humano.

Ainda segundo Araújo e Alexandre (2014), a dignidade da pessoa humana é entendida como dois grandes fundamentos que consistem em norma fundamental, voltada a garantir as faculdades jurídicas necessárias à existência digna da pessoa; e, por outro lado, deve ser entendida, também, enquanto programa ou linha diretiva ao futuro da sociedade. Essa evidência, a conexão entre o direito ao trabalho e a dignidade da pessoa humana, se configura na busca do pleno emprego, na remuneração ajustada e, ainda, no exercício do trabalho realizado em condições, circunstâncias e local que proporcionem proteção e respeito à dignidade humana. Reconhece-se, então, que a dignidade se insere no contexto do trabalho de modo a garantir os elementos que identificam o cidadão-trabalhador como detentor de faculdades mínimas que lhe asseguram respeito e dignidade, além de estabelecer um conjunto de prerrogativas asseguradas pela legislação laboral que, implementadas em sua integralidade, estabelecem um padrão de proteção que permite ao trabalhador desenvolver-se integralmente, consoante os preceitos de justiça e bem-estar sociais.

Já Cecato (2008) acredita que o trabalho realizado em condições de dignidade é meio de provimento das necessidades materiais, morais e emocionais do trabalhador, incluindo a autoestima e a inserção na comunidade em que vive lidando assim com o tema da integração pelo trabalho.

Diante deste cenário, segundo Anonni e Valdes (2013), o maior desafio em relação à dimensão econômica de acesso ao trabalho pela população refugiada é a conquista de emprego e renda. Neste ponto, o outro lado da moeda seria o fomento ao empreendedorismo, como por exemplo, o curso promovido pela Pares Caritas em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) denominado Coletivo de Refugiados Empreendedores – CORES que busca promover a capacitação empresarial do refugiado para que ele possa contar com opções que vão desde o emprego propriamente dito, até a sua transformação em agente de desenvolvimento da sociedade de acolhida na medida em que pode gerar postos de trabalho.

O trabalho é um ponto importante para o refugiado, pois, como escreve Sayad (1988), é o trabalho que faz “nascer” o imigrante, que o faz existir, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença; e é ele que faz “morrer” o imigrante ou que o empurra para o não-ser. É apenas o trabalho que pode justificar a presença do imigrante mesmo que ele, sob todos os

pontos de vista, se encontre em uma situação excepcionalmente diferente daquela do trabalhador habitante do país de acolhimento. Mas será que o imigrante só existe por causa do trabalho? Se o trabalho não existir, quem será este imigrante?

Ainda para Sayad (1988), o trabalho é o que condiciona a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar, ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e, no lugar em que é atribuído, o que o torna vulnerável em relação à escolha, mas que representa, segundo Morin (2001), valor importante na vida dos indivíduos e exerce influência relevante na satisfação e motivação.

A influência na satisfação é lembrada por Dejours (1998) quando nos fala que a importância do trabalho se dá através de dois componentes: um de caráter utilitário – relacionado ao alcance de objetivos da organização e da sociedade; e outro relacionado à identidade do trabalho que permite o sentimento de realização. O sentido no trabalho só é possível por meio da transformação do sofrimento em prazer, através das competências e liberdades individuais.

Na mobilização do intercâmbio cultural, conforme Zanforlin e Amaral (2019), o imigrante é capaz de se integrar na sociedade e a perda de direitos laborais passa a ser compensada por uma suposta liberdade e autonomia do empreendedor. O migrante é estimulado a transformar sua condição social e econômica por si mesmo, sem a contrapartida do Estado na forma de políticas públicas voltadas para a inserção dessa população no mercado de trabalho local.

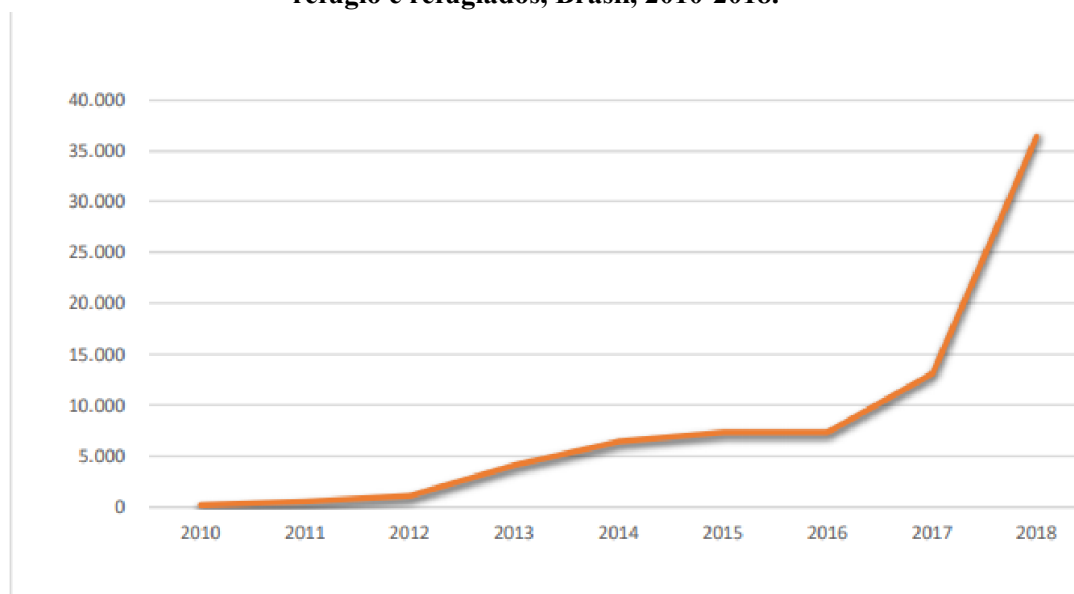
O MIPLEX (Solano; Huddleston, 2020) apresenta que, no ano de 2014, o Brasil era um país com políticas parcialmente favoráveis, época em que os imigrantes gozavam de direitos básicos, mas com igualdade de oportunidades; em 2017, como resultado de grandes reformas introduzidas, o Brasil adotou uma abordagem para a integração ligeiramente favorável à integração social; e, em 2020, os imigrantes desfrutam de políticas mais favoráveis em quase todas as áreas de integração social: mercado e trabalho, sistema educacional, saúde, participação política, residência permanente e acesso à nacionalidade.

A ideia de ligeira ou parcialmente favorável apresentada pelo relatório MIPLEX, 2020, para o item mercado de trabalho, se dá devido ao Brasil fornecer ao imigrante apoio genérico do trabalho por conta própria, não com objetivo de melhorar habilidades profissionais e carreira. Esta informação se mostra preocupante quando dados do *Observatório das Migrações Internacionais* (OBMigra, 2019) expõem, a partir das informações do Ministério da Economia, que apenas cerca de 37 mil carteiras de trabalho foram emitidas no ano de 2019

(figura 4) apresentando, assim, a dificuldade dos refugiados e solicitantes de refúgio na obtenção das mesmas e, em consequência, no preenchimento de um posto de trabalho já que a apresentação deste documento é fundamental para uma contratação efetiva.

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), de 2022, existem 42,2 milhões de indivíduos envolvidos com a criação e manutenção de um negócio próprio. Dentre estes, os homens apresentam um envolvimento mais intenso com atividades empreendedoras que as mulheres. Embora a taxa de empreendedorismo entre as mulheres tenha sido menor que as dos homens (6,8 contra 14,2), a variação feminina foi maior (variação de 11% contra 1%), o que faz notar o esforço das mulheres por maior inserção entre os empreendedores estabelecidos. A diferença de taxas entre homens e mulheres se acentua de acordo com o amadurecimento do negócio. Isto é explicado, ao longo da história, devido à inserção das mulheres, neste mercado, ter sido tardia e, tradicionalmente, as mulheres têm mais dificuldades de permanecer na atividade empreendedora.

Figura 4 - Número de carteiras de trabalho emitidas para solicitantes de refúgio e refugiados, Brasil, 2010-2018.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, CTPS, 2010-2019.

Mesmo com dificuldade em permanecer na atividade empreendedora, o relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), de 2022, apresenta que a taxa de mulheres que iniciaram seu empreendimento, neste ano, foi de 54,6% em relação aos homens. Em 2022, também, notou-se maior saída dos empreendedores mais escolarizados que, segundo o mesmo

relatório, com a recuperação da economia, foram para novas posições no mercado de trabalho. Com isto, o número de empreendedores com ensino médio completo foi de 45%.

O retrato apresentado pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), em 2015, ano que levou a elaboração da capacitação para imigrantes refugiados da Pares Caritas, informava que 38% da população economicamente ativa estava fora do mercado de trabalho e desta 65,8% eram mulheres que se tornaram empreendedoras por falta de recolocação no mercado de trabalho. No ano de 2022, este relatório não tem os dados do número de mulheres fora do mercado de trabalho, mas tem a informação do aumento do número de mulheres empreendedoras e o dado de que 80% dos novos empreendedores estavam nesta direção devido à escassez de emprego. Assim, podemos, talvez, prever que a razão para o empreendimento feminino tenha sido a falta de emprego.

Também em 2015, em meio às discussões sobre a crise humanitária dos refugiados na ONU, a edição da *Semana Global do Empreendedorismo* (*Global Entrepreneurship Week – GEW*) que acontece todo ano, no mês de novembro, e conta com a participação de mais de 160 países e 15 mil organizações parceiras, inclusive o Brasil, abordou os aspectos positivos que os refugiados trazem aos países que os acolhem e um destes aspectos é o espírito empreendedor, pois traz consigo a habilidade de perceber e criar novas oportunidades para negócios, agindo como agentes de mudança, mesmo que desenvolvendo negócios tradicionais.

O empreendedorismo, como escreve Sabino (2010), cujos princípios se originam das ideias dos clássicos econômicos liberais do século XVII, aparece como resposta à alavancagem econômica e ao autossustento de milhares de famílias. Sendo assim, passa a ser imperativo que os próprios cidadãos se auto-organizem e busquem, cada qual com suas estratégias, as soluções cabíveis para tal fim. O que significa que cada um será responsável pela sua inserção produtiva no mercado se autoempregando ou gerando postos de trabalhos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas realizada no ano de 2016 adotou a *Declaração para Refugiados e Migrantes de Nova Iorque* demonstrando interesse de todos os países membros em abordar temas de mobilidade humana. Além disso, foi firmado um acordo que vinculou a *Organização Internacional da Migração* às *Nações Unidas* reforçando assim a abordagem global para com a migração e o reforço de encontrar soluções para os desafios da migração global. Um dos compromissos deste acordo foi a proteção dos direitos humanos de

todos os refugiados e migrantes, independentemente de seu *status*. Isso inclui os direitos de mulheres e meninas.

Na última década, observou-se um aumento na chegada de mulheres imigrantes ao Brasil. “Em termos dos registros de imigrantes mulheres, junto à Polícia Federal, foi possível observar [...] um crescimento constante na década, iniciando com 9.765 registros, em 2011, e finalizando, em 2019, com 66.441” (Tonhati; Pereda, 2021, p. 165).

De acordo com Amâncio (2003), um dos campos em que mais se reivindica o direito à igualdade entre homens e mulheres situa-se no contexto do trabalho. Historicamente, à mulher foram atribuídos a criação da família, o cuidado familiar, o espaço doméstico e a dependência financeira da figura masculina marcando uma desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho e o capitalismo reforça esta atribuição, pois, de acordo com Saffioti (1976), à medida que as forças produtivas eram desenvolvidas, a mulher era marginalizada e situada à margem do sistema de produção. Assim, a entrada da mulher no mercado de trabalho era de baixa importância mesmo com a presença de chefes de famílias mulheres. Não diferente era o papel destas na imigração.

Por muitos séculos a migração foi relacionada apenas à figura do homem, que era até então visto como o único provedor da família e detentor da palavra final nas decisões importantes. A mulher foi considerada coadjuvante no processo migratório, vista somente como acompanhante de seus responsáveis sendo eles pais ou marido. (Santos; Müller, 2019, p 3).

Por mais que, atualmente, este cenário esteja mudando, segundo Miranda (2009), a tendência é não incluir, nos estudos, a variável de gênero como parte de uma análise importante para caracterizar a imigração. Não somente isto, o significado da migração para as mulheres, como escreve Jesus (2020), é diferente dos homens. Para as primeiras, o processo está ligado à família enquanto para os últimos a imigração diz respeito ao sucesso e crescimento econômico. A legislação brasileira, de acordo com Bastos (2022), também não vê diferença do deslocamento em relação a gênero, conservando-se, assim, o errado conceito de unidade uniforme.

Mulheres migrantes e refugiadas possuem necessidades e vulnerabilidades específicas, para as quais os países devem estar preparados para atender. Por esta razão, os países devem buscar desenvolver soluções que propiciem o acolhimento e que retirem tais mulheres da situação de vulnerabilidade, que aproveitem o capital feminino humano e cultural que as mesmas possuem a fim de que possam viver com dignidade. (Lira; Lago; Lira, 2019, p. 329)

A questão de gênero para mulheres imigrantes e refugiadas perpassa os papéis de gênero no seu país de origem e no de acolhimento e o trabalho passa, assim, a traduzir sua

significância que vai além da força de trabalho a uma inserção social que, para o gênero feminino, carrega perspectiva de maior segurança, independência e autonomia o que antes não lhes proporcionava. Contudo, isto não fez acontecer o que é descrito no artigo XIII da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) que declara que todos têm direito ao trabalho¹. (ONU, 1948) e exhibe um questionamento diante da teoria do MIPLEX - *Migrant Integration Policy Index* – (Solano; Huddleston, 2020) de que a abordagem de integração de um país influencia as atitudes e o comportamento das pessoas que ali habitam em relação ao imigrante. Ou seja, de acordo com este material, aceitar e interagir com imigrantes, e em outra mão, o sentimento de pertença e de acolhimento que o imigrante possui em relação ao novo país de origem é fruto de como esta integração é realizada.

Inserir-se no mercado de trabalho sendo mulher imigrante racializada, ou não, é muito discriminatório. Os homens imigrantes e refugiados possuem hábitos de socialização e criam sua rede que facilita o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Mas as mulheres, mesmo que tenham acesso à treinamentos e educação, este é limitante quanto ao mercado de trabalho. Elas não possuem o mesmo trânsito para circulação e formação de rede facilitadoras ao mercado de trabalho, pois ocupam, muitas vezes, o papel de mães, esposas e donas de casa. (Cheung; Phillimore, 2017). Isto faz com que, de acordo com Santos; Müller (2019), muitas destas mulheres acabem tomando a direção do mercado informal ficando, desta forma, sem garantia de direitos básicos como férias, décimo terceiro salário, pagamento de horas extras, entre outros.

O GEW - *Global Entrepreneurship Week* (2015), talvez, tenha deixado à parte a questão que empreender para o refugiado é diferente que empreender normalmente, pois a limitação dos entraves burocráticos, como a documentação exigida pelo país em que se encontram, a falta de financiamento e crédito, bem como de recursos, a condição psicológica e físicas, são fatores que podem desmotivar o risco de assumir um empreendimento (Negri, 2016).

Acrescentando aos dados do OBMigra (2019), as informações do relatório do *Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil* elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR (ACNUR, 2019), entre os anos de 2018 e 2019, mesmos anos que a capacitação foi realizada, percebe-se que somente 22. 407 (tabela 1) estão inseridos no mercado de trabalho. Se calcularmos o número de imigrantes refugiados e os que estão no mercado de trabalho, percebemos que existem pessoas que ainda não estão inseridas neste

¹ Artigo XIII: 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. (ONU, 1948).

mercado. O estudo divulgado pelo ACNUR (2019) foi realizado com 500 imigrantes refugiados entrevistados de 14 diferentes cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas), 57% dos entrevistados estão trabalhando, 19,5% estão procurando trabalho – índice de desemprego mais elevado que a média nacional do ano de realização da pesquisa. Estão desocupados 5,7%, ou seja, não estão empregados nem procurando emprego. Sendo assim, 25,2% estão fora do mercado de trabalho.

TABELA 1 - RELATÓRIO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REFUGIADOS NO BRASIL
DADOS DE INSERÇÃO DOS REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Grupos de Atividades Econômicas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	240	518	2.344	5.114	6.516	6.603	8.540	14.560	22.807
Agropecuária	1	9	59	61	69	121	136	122	142
Indústria	83	128	1.409	3.005	3.505	3.011	3.305	5.264	8.870
Construção	26	63	175	491	619	480	588	946	1.332
Comércio e Reparação	36	139	329	686	910	1.115	1.734	3.284	5.388
Administração Pública	1	1	1	3	6	11	14	24	56
Educação, Saúde e Serviços Sociais	5	13	29	50	119	176	256	399	601
Demais Serviços	88	165	342	818	1.288	1.689	2.507	4.571	6.418

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2019

Trabalho este considerado que em artigo publicado em outubro de 2019 no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, um dos três pilares da política de integração do refugiado criado pelo Governo Federal Brasileiro (Brasil, 2019).

Analisando os números acima e as ações realizadas para o acolhimento, talvez possamos concluir que o trabalho, como um dos três pilares do acolhimento criado pelo Governo Federal Brasileiro, apresenta números desanimadores. Isto sem analisar outros pilares. Se a responsabilidade dos pilares é das Políticas Públicas, então como está sendo executada esta ação, ela está sendo executada e, quando estas Políticas não a executam, quem a executa?

Buscando referência sobre o que é política pública encontrei vários autores como Peters (1996) que refere ser a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Já Deubel (2006) traz a definição que a Política Pública é concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado - no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil podendo ser desenvolvida em parcerias com organizações não governamentais, o que explicava o processo ser realizado por uma ONG e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Tradicionalmente, são compostas baseadas em 4 elementos centrais: dependem do envolvimento do governo, da percepção de um problema, da definição de um objetivo e da configuração de um processo de ação.

Segundo Secchi (2014, p.23), qualquer definição é arbitrária, pois existem três “nós” conceituais existentes neste processo de definição:

“O primeiro nó conceitual envolve a adesão, ou não, a uma visão de política pública como algo inerente exclusivamente aos agentes estatais. O segundo nó conceitual trata do debate a respeito da existência, ou não, de políticas públicas decorrentes da omissão ou negligência do Estado diante de um problema público. O terceiro nó conceitual trata da perspectiva de política pública apenas como decisões em nível estratégico, excluindo dessa definição eventuais programas e projetos de abrangência não estruturante”.

De acordo com Marins (2018), no que diz respeito à implementação das políticas públicas, o Estado passa a redistribuir suas responsabilidades com três entes principais: o mercado, a comunidade e a família. A centralidade das políticas nas mãos do Estado vai perdendo força para novas configurações de parcerias com ONGs, empresas privadas, líderes comunitários, igrejas e, até mesmo, com os próprios beneficiários - que passam a ter maior controle na administração dos recursos e da própria política. Este ponto, talvez, tente explicar melhor o papel da Pares Caritas do Rio de Janeiro enquanto organização não governamental parceira do Estado, centro de recepção do imigrante e integrante do *Alto Comissariado das Nações Unidas* – ACNUR que toma para si a responsabilidade do Estado de integração do imigrante refugiado que aqui chega. Segundo Annoni e Valdes (2013), no direito de ter direitos, o trabalho é aquele que fornece os meios para a concretização de vários outros direitos. O trabalho, para esta autora, é o instrumento que dá existência social ao indivíduo, pois sua inserção no mercado de trabalho lhe dá um *status* que o inclui na sociedade. A autora complementa dizendo que a:

“inserção laboral do migrante no mercado de trabalho de forma digna deve ser o centro das preocupações de uma nova política migratória, pois o trabalho é uma das mediações na conquista e no exercício da cidadania. Cabe ressaltar que a falta de documentos ou o atraso na emissão do documento definitivo coloca o migrante numa situação de vulnerabilidade, forçando-o a aceitar qualquer tipo de trabalho, muitas vezes expondo-o a aceitar trabalhos análogos à condição de escravidão. A integração cultural dos migrantes depende, em grande medida, como a sociedade vê o papel da migração na sua formação sociocultural. A aceitação das diferenças não é, portanto, um processo natural e sem conflito”. (Annoni; Valdes, *Op. Cit.*, p. 65).

Neste ponto, segundo Bastos (2022), a política de assistência social coloca que o fato de encontrar um trabalho seria a resolução de todas as questões, o que, na verdade, só mascara o desamparo do Estado, o que é um produto da lógica neoliberal para o estímulo ao empreendedorismo incentivando a ideia de ser dono do próprio negócio vai favorecer a ascensão de classe. Mas o que se observa é a flexibilização dos contratos de trabalho, a terceirização dos mesmos apontando para uma desproteção legal.

Infelizmente, as barreiras que encontram estes imigrantes refugiados não somente para entrar no país, como também, em relação ao mercado de trabalho acabam funcionando, segundo Villen (2015), como mecanismos que marginalizam esses imigrantes que acabam expostos a situações de exploração e precárias condições de trabalho. O que, de acordo com minha percepção do grupo de imigrantes muito por conta da necessidade de subsistência imediata e pela ausência de conhecimento sobre a legislação trabalhista brasileira.

De acordo com Annoni e Valdes (2013), para tentar minimizar esta situação houve o desenvolvimento de um fomento ao empreendedorismo como, por exemplo, o curso promovido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, em parceria com o *Comitê Nacional para os Refugiados* – CONARE, denominado projeto *Refugiado Empreendedor* pelo *Alto Comissariado das Nações unidas para os Refugiados* – ACNUR e busca promover a capacitação empresarial do refugiado que passa a contar com opções além do emprego, através de seu próprio negócio propriamente dito. Desse modo, as atividades de autoemprego, como salientam Cruz, Mancebo e Falcão (2018), se destacam como solução e fazem surgir um novo contexto de imigrantes com potencial de geração de renda, emprego e desenvolvimento.

Empreendedorismo que, segundo Dornelas (2001), é um termo proveniente do francês *entrepreneur* utilizado pela primeira vez pelo economista Richard Cantillon e, de acordo com Drori, Honig e Wright (2009), pode ser classificado em quatro tipos: os étnicos ou imigrantes: (i) empresários transnacionais que mantêm os laços comerciais com o país de origem; (ii)

empresários étnicos ligados às suas comunidades étnicas por laços culturais; (iii) empresários que retornam dispostos a iniciar um novo empreendimento no país de origem e, (iv) empresários internacionais dedicados ao comércio internacional que são proprietários de empresas individuais ou empresários que cruzam fronteiras nacionais. Além destes, de acordo com Dolabela (1999), também temos o empreendedorismo de autoemprego em que o incentivo pode ser proveniente de momentos de crise e necessidades e, assim, os conhecimentos e saberes adquiridos ao longo da vida desenvolvem novas formas de trabalho independente e autônomo, voltado ao próprio sustento. Segundo Perulli (2003) e Parker (2004), este empreendedor é detentor de seu tempo, conhecimento, da força de trabalho e dos meios de produção, assumindo os riscos característicos de seus negócios.

Além dos tipos de empreendedorismo existentes e apresentados no parágrafo anterior, existem, nesta esfera, de acordo com Bourdieu (1986), três tipos de capital presentes: o capital econômico, o capital social e o capital humano. O capital econômico está relacionado aos recursos financeiros para se constituir uma empresa, sua origem pode ser próprio ou de terceiros; o capital humano, segundo Becker, G. S. (1964), refere-se ao investimento em capacitação ou escolaridade obtida no país de origem, ou mesmo pelos conhecimentos adquiridos de trabalhos anteriores, ou até de cunho empresarial; e o capital social está ligado, de acordo com Achidi-Ndofor e Priem (2011), à rede profissional do empreendedor imigrante, empresários, fornecedores, prestadores de serviços e até mesmo concorrentes. Os imigrantes empreendedores têm sido objeto de estudo quanto ao seu perfil, cultura e comportamento empreendedor. Fairlie e Meyer (1996) demonstram que a diferença entre a média de ganhos do grupo de imigrantes refugiados no empreendedorismo é positiva em relação ao emprego assalariado e, neste âmbito, a dificuldade em relação ao idioma do país de acolhida não é fator para a opção do autoemprego e sim possibilidade de ganho. Mas será que, para o grupo foco deste estudo, este caminho forneceria uma média de ganho suficiente para subsistência?

A capacitação do grupo se referia ao empreendedorismo de enclave do autoemprego, já que se tornaram empreendedores devido à necessidade, baseados em seus conhecimentos de vida com controle do processo produtivo e de enclave étnico, pois, de acordo com Waldinger, Aldrich e Ward (1990, p. 13), é “um conjunto de conexões e padrões regulares de interação entre pessoas que compartilham experiências nacionais comuns ou de migração”. As teorias para o empreendedorismo étnico sofreram mudanças. De acordo com Volery (2007), as empresas étnicas nascem devido à dificuldade de encontrar oportunidades no mercado de trabalho. Por outro lado, Fregetto (2004) adiciona à mudança teórica, a pobreza e

o fato de o conhecimento limitado da cultura local criar obstáculos à mobilidade social. Estes fatores do país hospedeiro exercem, segundo Gomes e Le Bourlegat (2020), discriminação e barreiras no mercado de trabalho onde o empreendedorismo de autoemprego são os primeiros criados para garantir a sobrevivência e, com o passar do tempo, depois de estabelecido e de mudar de condição, passa a ser étnico.

No Brasil, não existem muitos dados detalhados sobre o empreendedorismo ou autoemprego para imigrantes refugiados, mas, de acordo com Zanforlin ; Amaral (2019), após uma pesquisa realizada em três Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham com imigrantes refugiados cujo objetivo é fazer cumprir um dos três pilares que, neste caso, seria o trabalho, estes projetos pretendem abrir possibilidades de cunho econômico, integrar através do conhecimento e experiência de vida, promover as diferentes culturas e visões de mundo com mobilização via história pessoal e cultural do imigrante como fator de atração de atenção e criação de afetos criando um sentimento moral em torno da causa humanitária.

A ideia era que o empreendedorismo seria um meio de integração à sociedade, de consumo cultural, de pertencimento por meio das presenças dos imigrantes, da valorização dos mesmos através de sua cultura e da história de vida. Estes eram também um dos pontos que eu questionava, pois nenhum membro da organização havia colhido relatos dos refugiados sobre integração e pertencimento provenientes do ato de empreender.

Mas empreendendo, de acordo com Zanforlin e Amaral (2019), o imigrante passa a integrar o contexto circulante atual da sociedade brasileira em que a perda de direitos laborais passa a ser compensada pela “suposta liberdade” de autonomia do empreendedor através do estímulo e da transformação de sua condição social e econômica por si mesmo, sem a contrapartida do Estado na forma de políticas públicas voltadas para a inserção desta população no mercado de trabalho local.

Este movimento vai afirmar o que Vendramini (2018) aponta sobre o imigrante que deixa pessoas e costumes atraído pela venda de sua força de trabalho por sobrevivência, sendo esta velada pelo apelo de vida mais digna. Todavia ele se mantém aberto a quaisquer condições de mercado o que, por sua vez, acaba dando continuidade à condição precária vivida no país de origem.

A alternativa de empreender é alimentada pela percepção dos atributos pessoais e culturais do país de origem do imigrante refugiado. Sua narrativa pessoal passa a singularizar

seu produto, sendo ele mesmo uma mídia em si que atrai os brasileiros para uma experiência única embalada pelo discurso de adesão à causa humanitária.

Para Antunes (2018, p. 38), o empreendedorismo configura um subterfúgio “no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será”. Oliveira, Moita e Aquino (2016) escrevem que:

“A Lei Complementar nº 128/2008 do “Empreendedor Individual” foi criada com o propósito de simplificar o processo de legalização de empreendimentos e estimular a formalização daqueles que atuam na informalidade. Não obstante, a criação desses empreendimentos está associada à ausência do emprego formal, onde o “empreendedor”, na verdade um trabalhador comum, se vê obrigado a empregar o seu labor numa atividade que lhe garanta o próprio sustento.” (Oliveira, Moita e Aquino, *Op. Cit.*, p. 217)

De acordo com Oliveira, Moita e Aquino (2016), o empreendedorismo continua a ser propagado, quase que exclusivamente, como a oportunidade de sucesso e o melhor caminho a ser seguido como garantia de lucro e autonomia e esta propagação não era diferente com o grupo de imigrantes refugiados da capacitação. Mas, conforme relatam os autores, essa perspectiva tem como agravante:

“...a perspectiva de que, ao não obter êxito, o problema está no empreendedor e não em muitas outras variáveis que podem propiciar o êxito e/ou fracasso. É necessário enxergar quem é esse empreendedor e em que condições e contexto ele está inserido.” (*Op. Cit.*, p. 218).

Quando Oliveira, Moita e Aquino (2016) dizem que o trabalhador comum se vê obrigado a empregar o seu labor numa atividade que lhe garanta o próprio sustento, eles estão apontando a diferença de *status* social existente entre o empresário industrial e os pequenos empresários e penso que a diferença não está somente no *status* social, mas sim em apresentar uma imagem na qual o empreendedorismo, na realidade, pode se configurar como uma nova forma de precarização do trabalho, reforçando a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, o que leva ao fortalecimento do processo de precarização laboral.

Independente do contexto inserido, existe o discurso de liberdade e de possibilidades iguais para todos os tipos de empreendedores, mas, na realidade, há um abismo que os divide, já que de um lado há a desproteção e o desamparo, seja de garantias, direitos e garantias de futuro e, de outro lado, estão os favorecidos que detêm o capital e este último não era o lado do grupo capacitado neste projeto.

Outros grupos de desenvolvimento foram criados pelo Brasil e, de acordo com a pesquisa realizada por Assunção Barbosa (2020), alguns desafios eram vividos nestes

programas que começavam dentro da sala de aula com o preparo dos educadores dos parceiros da Pares Caritas que, por mais que soubessem o conhecimento do conteúdo, tinham dificuldade de aplicá-lo à cultura dos presentes como, por exemplo, brincadeiras fora de contexto além da fala rápida. Outro dificultador da ação de empreender era a desinformação sobre a documentação necessária para se tornarem microempresários (MEI). Muitos não sabiam que era possível ter esta opção com a documentação de refúgio. Outra barreira apresentada pela pesquisa era a condição imposta para abertura de conta, pois os imigrantes refugiados não atendiam à exigência de tempo como cliente do banco, ser assalariado, tempo de CNPJ, ter imóvel no Brasil ou mesmo comprovar fluxo de caixa. Mesmo que ultrapassassem as barreiras, ainda assim, o despreparo dos funcionários das instituições em atender, na língua do imigrante, permanecia também nestas organizações e o atendimento era quase inexistente.

Conforme Mezzadra (2005), a abordagem de autonomia que diz respeito às migrações fortalece um regime de produção pós-fordista caracterizado pela precarização e flexibilização do trabalho. Com isso, esta autonomia associa as atividades laborais de migrantes e refugiados à noção de trabalho imaterial quando, de acordo com Grisci (2011), ao conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas inerentes ao trabalhador o torna sujeito ativo do trabalho. Este discurso de responsabilização, conforme diz Castel (2005), se configura em um cenário cuja insegurança social faz da vida um combate pela sobrevivência dia após dia. Contudo o discurso é o de total controle sobre si e sobre seu negócio, discurso que adquire legitimidade a partir de um discurso-ideológico no qual o trabalhador deve perceber-se valorizado em sua autonomia para tomar decisões sobre seu próprio processo de trabalho. Assim, de acordo com Kovacs *et al* (2006), em um primeiro momento, a mudança de condição de trabalho que apontava para uma situação de autonomia e melhor qualidade de vida provoca a repetição de alguns padrões de precariedade na rotina dos empreendedores, particularmente no início de suas atividades.

Se este cenário parece uma questão para os residentes e brasileiros natos que possuem escolaridade reconhecida e falam a língua do país, para o imigrante refugiado, cujo processo de integração caminha por trâmites lentos e dificultosos, é uma questão ainda maior. Diante do exposto, segundo De Oliveira, Moita; De Aquino (2016), entende-se a figura do empreendedor atual dentro de um conjunto de limitações e possibilidades. Esse sujeito é quase sempre um trabalhador descoberto de garantias e direitos trabalhistas que vive no risco, na incerteza e na pressão que isso causa. Também é um indivíduo altamente caricaturado,

preso a vir a ser tudo o que se espera dele. Os estudos que buscam montar uma estrutura caricatural, na tentativa de criar um “perfil empreendedor”, podem mascarar as relações mais complexas em torno desse sujeito. É importante sair do foco no indivíduo e ver como o contexto sociopolítico e econômico produz essa pressão para tornar os trabalhadores empreendedores.

A pressão é de todos os lados inclusive, de acordo com Assunção Barbosa (2020), a preocupação em relação a enviar o dinheiro para as famílias que ficaram no país de origem. Sendo assim, os trabalhos eram divididos entre se manter no Brasil, investir em seu negócio para que ele se sustente e o envio de dinheiro para a manutenção da família de origem.

Em uma pesquisa realizada por Knappert, Kornau e Figengül (2018) com refugiados(as) Sírios, na Turquia, foi verificado que seus empregos não correspondiam à educação que adquiriram no país de origem, mas correspondiam à necessidade de sobrevivência o que não é um cenário diferente dos imigrantes e refugiados do grupo de capacitação. Eram oportunidades que sobram, com salários menores que os nativos e, muitas vezes, em condições precárias. Com isto, o mercado informal é uma opção de melhor rendimento apesar de trabalhar mais horas, serem eles por eles mesmos, desprotegidos por uma empresa ou pelo Estado. Assim, ser um refugiado é ser pertencente a uma classe baixa no país de destino independente se no país de origem correspondesse à classe média/alta.

No caso do grupo de imigrantes refugiadas convidadas a realizar a capacitação oferecida pela Pares Caritas do Rio de Janeiro, a pressão tinha, além de um contexto sociopolítico e econômico já que precisavam trabalhar e não era fácil encontrar um trabalho, sem falar fluentemente o idioma brasileiro, sem conhecer as regras do país para as buscas de emprego, o que levava a empregos de baixa qualificação e remuneração. Para verificar a dificuldade do idioma, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mapeou, em 2015, as dificuldades que os imigrantes enfrentavam e o idioma (16,84%) foi a principal. A dificuldade da língua pode levar à impossibilidade de escolha em que empreender era a única opção, sendo esta fortalecida pelo participar, ou não, do curso oferecido e escolher entre gastronomia e trança já que estas eram as únicas opções oferecidas pela instituição. No caso, seria gastronomia com as comidas do próprio país e cabelos com as tranças e penteados que faziam parte da cultura da participante.

Segundo Masurel, Nijkamp e Vindigni (2004), as dificuldades encontradas no país de acolhimento acabam por fazer com que o imigrante faça aderência a algumas características comportamentais como: dedicação ao trabalho, sentimento de pertença ao seu grupo étnico,

aceitação do risco, respeito aos seus valores sociais e solidariedade. Para Fregetto (2004), este traço representa um recurso étnico que influencia o empreendedorismo e a situação de discriminação e dificuldade desvela, de acordo com Jones e McEvoy (1986), a manifestação da consciência de sua identidade cultural de origem e as vantagens que sua própria cultura pode oferecer.

Para Hall (2006), a identidade é um processo que se constrói socialmente levando em conta as representações culturais organizando tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Então, a identidade é associada à cultura o que ajuda a compreender a identidade étnica. E Phinney (1990), por sua vez, traz os indicadores de envolvimento étnicos mais comuns que são a língua, amizade, organizações sociais, religião, tradições culturais e política mostrando que a identidade não ocorre somente diante da presença de seu grupo ou comunidade, mas também, frente à participação ativa em uma cultura criada. Gomes e Le Bourlegat (2020) comentam que os estudos sobre cultura apresentam que as influências culturais nos empreendimentos são dominantes para o sucesso, pois a cultura define o comportamento empreendedor.

Não somente o intercâmbio cultural era um fator de sucesso, mas também, segundo a pesquisa de Barbosa (2020), as instituições governamentais ou não governamentais que deram os suportes iniciais e que ofereceram informações para a ação empreendedora e, ainda hoje, promovem ações para esta promoção são fundamentais. Outros fatores que ajudaram a manter o foco no empreender era a rede de apoio de amigos e familiares que já se encontravam aqui no Brasil. Mesmo que a pesquisadora enfoque mais imigrantes venezuelanos, estas ações eram também vistas para os imigrantes africanos.

Ao imigrante, na maioria mulheres, a possibilidade de não empreender era oferecida, mas junto a esta possibilidade vinha a consequência de não ter nenhuma subsistência financeira, o que remetia à questão apontada por Oliveira. Moita e Aquino (2016), era um trabalhador descoberto de garantias e direitos trabalhistas vivendo no risco e na incerteza. Não que este cenário fosse diferente após a participação do curso, mas a ideia de fazer parte de uma rede, da rede de participantes da formação oferecida, parecia dar suporte e esperança mesmo que o futuro fosse incerto.

4.3 Identidade e Pertencimento

A imagem do imigrante, nos séculos XIX e XX, conforme Breno (2013), era associada à economia devido ao fato de o imigrante ser relacionado à força de trabalho e ao tema racial,

pois a elite brasileira desejava o “branqueamento” da sociedade brasileira. A ideia de branqueamento, segundo Skidmore (1976) e Seyferth (1990), se dava pelo pensamento da existência de uma superioridade da raça branca em relação aos outros grupos existentes no Brasil. Com este objetivo, como informa Lippi (2001), os espanhóis, portugueses e italianos foram os imigrantes mais pretendidos pelo país. Não somente devido à proximidade da língua, como também da cultura, pois já se encontrava no país a tão cobiçada cor da pele. Além deste acontecido, antes da Segunda Guerra Mundial, segundo Bueno (2013), o governo de Vargas aplicou várias restrições aos imigrantes, trazendo um processo de nacionalização dos estrangeiros residentes. Dentre estas restrições estão o número de entrada dos imigrantes no Brasil, a inclusão do estudo da língua portuguesa, o fechamento das escolas de comunidades estrangeiras. Vargas usou, inclusive, o exército como forma de coagir a adesão aos valores cívicos nacionais. Estas ações, de acordo com Bueno (2013), geravam desconfiança da parte da sociedade brasileira enquanto os imigrantes se viam em uma situação de controle de suas ações, valores, tradições e costumes. Como informado por Garcez e Zilles (2001), quando o estrangeiro começa a interferir em uma nação, ou mesmo interferir em sua identidade nacional, sua presença é encarada como ameaça à identidade, já que sua identidade está ligada a outros países e sociedades.

Segundo Zhou (2004), a assimilação do imigrante na sociedade receptora é influenciada pelo processo de partida e as condições em que o imigrante deixa seu país de origem, quer seja voluntariamente ou não, se de forma regular ou irregular. Caso seja irregular, enfrentará dificuldades em relação à formalização e expansão de seus negócios, por exemplo, independente do capital humano, estrutural e cultural que tenha. Não só isto, mas, segundo Da Silva Diniz; De Oliveira Guimarães e Fernandes (2019), são várias as influências. Elas vão desde as condições de saída, a escolha do tipo de negócio, as possibilidades de crescimento e formalização. Mas, conforme Silva (2008), independente das circunstâncias em que migram, em primeiro lugar, vem o ato de abandono de suas origens, sejam elas: familiares, culturais ou nacionais.

Sendo assim, como reflete Marandola Jr. e Dal Gallo (2010), migrar é sair do seu lugar. Envolve processos de redefinições das territorialidades, que não são sucessivos nem ordenados, e é nesta experiência que busco compreender o que é ser migrante na construção de uma identidade e do pertencimento ao país de acolhimento. O migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar primevo onde, em termos ontológicos, como informam os mesmos autores, há um abalo na segurança existencial e na identidade territorial que precisa

ser compreendido como elemento central do processo migratório. Casey (2001) faz entender melhor a importância desta territorialidade para o sujeito quando afirma que não há lugar sem homem, nem homem sem lugar e, como diz Heidegger (2001), somos nossos lugares, assim como eles nos são.

O lugar, segundo Cardoso (2017), é o menor item de todos, mas se trata do mais íntimo do ser humano, pois é nele que a vida acontece, é o local onde o pertencer se ancora, onde a memória humana se sedimenta. Nessa perspectiva, Giddens (1991) informa que a dimensão territorial se refere à própria constituição do ser, enquanto área de controle, mesmo que simbólica, e assim permite a continuação da existência, fornecendo a chamada segurança ontológica. É esta segurança que, segundo Heidegger (2001), permite ao ser continuar sendo, ou seja, manter-se vigente e existindo no mundo. Cardoso (2017) ainda afirma que o sentimento de pertencer implica em olhar e se reconhecer provocando um pensar em si como pertencendo a uma sociedade que concede símbolos e valores éticos e morais destacando as características culturais.

Quando o imigrante sai de sua terra natal realiza um processo de desenraizamento original iniciado pelo movimento migratório. Este se dá, em termos existenciais, pela alteração da territorialidade consolidada. A modificação desta relação originária, saindo do lugar-natal, implica, conforme Marandola Jr. (2008), em deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta responsáveis pela formação enquanto pessoa e sobre os quais está edificada a identidade. Implica, portanto, sair dos territórios da segurança e lançar-se no mundo, em lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, onde há pouco ou nenhum controle e o local de destino representa uma nova realidade para o imigrante em termos tanto culturais quanto espaciais. E como realizar esta familiaridade já que esta seria algo singular?

De acordo com Cabreira (2001), a memória é um instrumento que ela chama de “*squemata*”, que é um termo utilizado por Gombrich (1986: 55-79) para explicar a reprodução de imagens e formas com base em um esquema no qual se está familiarizado. É de acordo com esta dinâmica que o imigrante irá reconstruir sua identidade através do *bricoleur*, termo utilizado por Lévy-Strauss (1997) que caracteriza a utilização das ideias e imagens formuladas por um dado grupo étnico que, fora de seu local de origem, precisa ressignificar sua cultura para criar marcas e sinais onde consiga manter e dar continuidade à cultura e tradições adquiridas no país de origem para construir e reconstruir uma identidade. Com isto, a paisagem passará a ser criada com o imaginário social desta população e utilizará os símbolos da terra de chegada com o sentido das tradições.

Viver em outro país significa uma outra vida, fazer novas representações e dar significados diferentes a coisas que já eram familiares; é renunciar ao estabelecido; atentar para comportamentos comuns e corriqueiros que podem ser considerados inadequados, bizarros ou ofensivos; é procurar enxergar o mundo com olhos do outro para compreender como é ser visto por ele”. (Freitas, 2000, p. 4).

Por representar uma nova realidade tanto cultural, quanto territorial, traz a desestabilização da ligação essencial entre o ser-lugar tornando este imigrante suscetível à angústia e ansiedade que, de acordo com Marandola Jr. e Dal Gallo (2010), irá impor a necessidade de enraizar-se no lugar de destino ou de manter os vínculos com o lugar natal, apesar de ter migrado. Sendo assim, a segurança existencial e a identidade irão depender do imigrante estabelecer e cultivar laços com o lugar.

Hall (1998, p. 49) também afirma que “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido – uma representação cultural”. Por ser considerada uma comunidade simbólica, de acordo com Hall (1998), explica-se a possibilidade de gerar identidade. Pensando sistemicamente, a identidade nacional é uma identidade cultural particular que é criada através de símbolos e representações.

Lussi e Marinuci (2007) e Lussi (2009) procuram sistematizar os elementos e situações que tornam a condição migrante vulnerável e todos os aspectos arrolados pelos autores estão associados ao envolvimento com o lugar, à identidade e ao processo de territorialização incipiente no lugar de destino. De acordo com Halter (2007), Lima e Castro (2017), Portes e Zhou (1992), Sanders e Nee (1996), Wilson e Portes (1980) e Zhou (2004), independente do destino, o imigrante encontrará um novo contexto econômico, social e fatores que o farão buscar recursos que colaborem com sua sobrevivência no país de acolhimento. Nesse sentido, segundo Lussi e Marinuci (2007) e Lussi (2009), o migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo, sentimento de incerteza e instabilidade que perduram e se reforçam com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente.

Em conformidade com Low e Altman (1992) e Lewicka (2008), o estabelecimento de laços e a sensação de pertencimento ocorrem em um lugar cujas características sociais, culturais e organização espacial não sejam de todo desconhecidas. É o chamado *place attachment* que posso traduzir por envolvimento com o lugar. Para Hernández *et al.* (2007), o processo de envolvimento com o lugar implica, pelo menos, mais dois aspectos: o primeiro

aspecto é o da dependência do lugar que, em inglês, recebe o nome de *place dependence* e se refere às vantagens comparativas do lugar de acolhimento com o lugar de origem; e o segundo aspecto é o da identidade com o lugar que, em inglês, se chama *place identity* e expressa as características do lugar com as quais a pessoa se identifica, vendo-se nele.

Como dito acima, o pertencimento se dá em um local cujas características sociais, culturais e organização social não sejam de todo desconhecidas, pois, de acordo com Casey (2001), o indivíduo não pode ou não é capaz de ignorar toda sua história e formação, sendo indiferente às características de sua nova realidade para estabelecer prontamente relações com o local de destino. Cabreira (2001) informa que a interpretação do cotidiano, através da observação do mundo, e os significados que os imigrantes refugiados dão a ele é realizada por meio do silêncio repleto de conteúdo. O fato de não se falar sobre este pensamento tão subjetivo não quer dizer, para o autor, que ele não exista. Este é um universo simbólico que nos faz entender alguns fatores existentes na rotina mantida no cotidiano das imigrantes refugiadas. São os símbolos da cultura anterior que permanecem na cultura atual.

Casey (2001) comenta que, não encontrando tal identificação de forma clara, o migrante tende a recriar seus lugares na expectativa de preservar sua forma de ser para reafirmar sua identidade territorial. Para Cabreira (2001), a construção identitária do espaço que se faz no cruzamento dos símbolos culturais através do lugar que ocupa no momento. A autora, em sua pesquisa, fala dos sírios e libaneses que trouxeram seus aromas, temperos, costumes e estes foram sendo multiplicados pelas gerações posteriores. Este mesmo movimento percebe-se no grupo das imigrantes refugiadas quando trazem a gastronomia e as tranças. Voltando a Casey (2001), estas são as relações e laços promotores do envolvimento com os lugares, responsáveis pelas fundações e sustento para o ser. É importante considerar este processo, pois, de acordo com Cabreira (2001), é através da percepção do local de origem que o indivíduo é guiado para a construção do novo espaço, do novo modo de vida. Segundo Casey (2001), é nesse processo que o imigrante vai compondo uma nova rede de relacionamento e aumentando, aos poucos, sua sensação de segurança, promovendo seu enraizamento.

Segundo Callai (2004), é o que se vivencia no cotidiano que vai configurando o espaço e que configura o lugar. Um lugar, para a autora, nada mais é que um espaço de experiências que se renovam. Espaço em que o passado e o vislumbre do futuro estão presentes. Todo lugar tem sua identidade e a identidade do lugar concede a identificação com ele, mas, antes disto, é

necessário que cada um construa sua própria identidade. Esta compreensão é um resgate da identidade e do pertencimento.

Os laços de redes de empreendedores, conforme Arregle *et al.* (2015), são úteis como rede de aconselhamento, rede de recursos e rede de apoio emocional. Cada rede afeta o negócio de maneira diferente. As redes de conselho vão apoiar nos momentos de incerteza auxiliando em novos produtos ou serviços, reconhecimento do mercado, leis ou regulamentos. As redes de recursos apoiarão como capital financeiro, mão-de-obra, entre outras. E a rede de apoio emocional ajudará na superação das questões psíquicas e emocionais e irá auxiliar nas questões subjetivas, favorecendo no crescimento do negócio. Enfim, de acordo com Da Silva Diniz, De Oliveira Guimarães e Fernandes (2019), as redes sociais são importantes no apoio ao empreendedorismo, gerando crescimento e vantagens.

Segundo Pombo-de-Barros e Arruda (2010), a vida humana é uma rede entrelaçada entre o Eu e o Outro. O indivíduo se constrói com o que esta rede vai possibilitando, vai modificando-se e modificando, também, o ambiente em que se insere. As relações constituídas ao longo da vida constituem o que o indivíduo é. Assim, duas relações são identificadas neste processo: a que o sujeito surge da relação com a sociedade, reconhecendo quem é o outro e quem é ele e ele só consegue isto, pois existe o outro; e, por outro lado, está o esforço de afirmação, de construção enquanto sujeito por meio da afirmação de suas potências. Com isto, os processos de pertença social e potencialidade individual são ecoados.

De acordo com Halter (2007), ao chegar no país de acolhimento, muitas barreiras são enfrentadas. Dentre elas, estão os choques culturais, a falta de aceitação por parte dos residentes, e o reconhecimento como sendo uma pessoa pertencente à sociedade tanto quanto os nativos. Os traços culturais herdados dos países de origem é um dos motivos das iniciativas empreendedoras pela própria facilitação desta manifestação. De acordo com Sanders e Nee (1996) e Arregle *et al.* (2015), as redes sociais serão facilitadoras não somente para mão de obra e questões financeiras, como também suporte emocional.

Assim, segundo Da Silva Diniz; De Oliveira Guimarães e Fernandes (2019), o papel das redes sociais não apenas facilita e agiliza a adaptação do imigrante ao novo país, mas também atua como apoio para o empreendedorismo. São fonte, como refere Zhou (2004), entre outras, de fator social e humano em que a solidariedade e a confiança são de grande valia.

Mas o que este discurso de identidade e pertencimento tem a ver com o trabalho e com o projeto de capacitação para o empreendedorismo realizado pela Pares Caritas do Rio de

Janeiro? O trabalho acaba se inserindo como facilitador do processo de integração, pertencimento e construção de uma nova identidade, no país de acolhimento, pois, segundo Lussi (2015), o trabalho é o instrumento que dá existência ao indivíduo, a inserção o inclui na sociedade. Sua concretização é importante para o sentimento de pertencimento a uma comunidade institucionalizada e, portanto, “a inserção laboral precede e fortalece processos de integração e interculturalidade no país”. (Lussi, 2015, p. 66).

O projeto da Pares Caritas teve como ideia principal promover o compartilhamento de culturas e inserção. Como refere Zanforlin e Amaral (2019), unir pessoas e promover a troca de cultura para romper barreiras e preconceitos, inserir o imigrante refugiado no mercado de trabalho, realizar uma integração econômica e social na nova sociedade. Mesmo que esta integração tenha sido para um grupo restrito e selecionado, pois havia uma seleção dos participantes de acordo com a aptidão e conhecimento anterior em relação ao tema, ou seja, a gastronomia e os cabelos, a intenção presente era a integração no país de acolhimento das imigrantes refugiadas aprovadas no processo e empenhar-se em modificar a ideia descrita por Saéz (2001) de que a chegada de imigrantes pode provocar, muitas vezes, sentimentos de medo e rejeição devido à ideia de que podem gerar desemprego, sobrepopulação, aumento da marginalização e conflitos culturais.

A ideia do projeto de integrar através do ato de empreender com a gastronomia e com os penteados dos países das participantes foi uma maneira encontrada pela organização não governamental Caritas e, como escrevem Pombo-de-Barros e Arruda (2010), fazer a integração social e cultural no país de origem por meio das questões identitárias em que a experiência de vida das mulheres envolvidas, nesse processo de busca de interação, fornece a visão das circunstâncias sociais vividas nas localidades de origem, momentos em que a memória coletiva é produzida e apresentada. Este é um modo sociocultural de interação e integração. As questões identitárias passam, então, por uma adaptação cultural que permeia os costumes, hábitos, idioma, etnicidade e representações. Esta adaptação é que sustentará as relações sociais.

A este movimento, Bhabha (1998) se refere a um retorno à encenação da identidade como interação, à recriação do eu no mundo da viagem, ao reestabelecimento da comunidade fronteiriça da migração. O desejo de reconhecimento da presença cultural como “atividade negadora” (...) afina-se com minha ruptura da barreira do tempo de um presente culturalmente conluiado (Bhabha, 1998). Com isto, a identidade, segundo Ennes e Marcon (2014), emerge com a idealização de um processo de vinculação, com uma ideia de diferença que é construída

por oposições simbólicas, ou seja, a comida e os penteados para as participantes possuem um simbolismo que não é o mesmo para o brasileiro, mas é através desta diferença que a vinculação de uma cultura é estabelecida. Estas estratégias identitárias, de acordo com os autores acima citados, são desenvolvidas como meio de encontrar o melhor posicionamento nas interações sociais.

Quanto ao posicionamento das interações sociais, segundo Cohen (1974), o termo *etnicidade* poderia ser aplicado, pois é uma forma de interagir entre grupos culturais que atuam em circunstâncias sociais comuns. Mas, de acordo com Eriksen (1991), precisamos considerar alguns aspectos da *etnicidade* como o aspecto de interação e que as diferenças étnicas abrangem as diferenças culturais que impactam na natureza das relações sociais.

O imigrante, de acordo com Azevedo (2016), experimenta ser um estrangeiro em outro país e, com isto, percebe a distinção da identidade nacional. Além disto, não deve ser percebido somente como um indivíduo que se deslocou de um lugar a outro, pois, de acordo com este processo, ele se encontra em uma situação de recomeço de uma nova história. Sendo assim, está em constante confronto com suas identidades nacionais. Hall (2006), ancorado por Ernest Gellner, afirma que, sem o sentimento nacional, o imigrante experimenta um sentido de perda subjetiva e, por este motivo, a nação é o que produz sentidos. A identidade nacional para Hall (2006) envolve marcos de pertencimento. Os sentidos que vão sendo criados influenciam e organizam nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos e, ao produzir sentido, as identidades vão sendo construídas e, em minhas palavras, é um processo de retroalimentação.

Conforme Oliveira (2000), a observação dos imigrantes refugiados oferece o diálogo entre a *etnicidade*, a identidade e a nacionalidade sendo estes elementos estratégicos para se compreender os mecanismos de identificação pelos outros, tanto quanto, uma autoidentificação mesmo que esta seja um reflexo da anterior.

A identidade para Bezerra (2007) não tem a ver com um retorno às raízes, mas um encontrar novas rotas, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se formam por várias perspectivas sendo elas nossas raízes, nossas heranças, nossas memórias e nossas traduções da cultura alheia. Traduzindo melhor, diferentes identidades culturais de diferentes culturas são assimiladas pelo imigrante tornando-se parte da identidade cultural do mesmo. É em busca da construção da cidadania e da melhor qualidade de vida que o imigrante realiza o processo identitário sem perder sua identidade.

Conforme Halbwachs (1990), memórias são reconstruções do passado realizadas no presente que precisam ser compartilhadas coletivamente elaboradas de acordo com a possibilidade discursiva do indivíduo no presente. De acordo com o autor, as versões do passado têm como base a posição, a classe social, o nível de instrução, o gênero, entre tantos outros fatores presentes no momento e que podem interferir nessas construções. De acordo com Zanini (2008), os territórios imaginados são compostos por pessoas, afetos, sentimentos e as relações deixadas na terra de origem, mas que viajam junto com o imigrante e, com o passar do tempo, o que irá permanecer é uma visão nostálgica.

Para este movimento de ressignificação de identidades, é usado termo “*desplazada*” (Elan, 1995, p. 320) traduzido para o português por “*deslocada*” (Oliveira, 2000, p. 12) que nada mais é que possuir uma identidade adquirida em seu país de origem, mas que não faz sentido no país que o acolheu mesmo que o idioma falado seja semelhante, "é movimentar-se em espaços que estão sempre no meio, dos quais não se pode dizer que sejam nem uma coisa nem outra, dos quais não se pode dizer que se encaixem, sem resíduo e sem crítica interna, à adequação do nome e de uma identidade" (Elan, 1995, p. 320). Sendo assim, nem a identidade étnica, nem a nacional podem ser o que eram no país de origem.

Para compreender esta indefinição, as interações sociais ou os intercâmbios sociais situados historicamente e culturalmente são as formas que usamos para tentar entender do mundo. Compreensão esta que, dentro deste grupo de refugiadas, foi facilitada com o próprio processo conversacional em que, segundo Guanaes (2006), os participantes de um grupo, em um contexto social, histórico e cultural, em uma ação do uso da linguagem dão sentido sobre si mesmos e sobre os arredores. De acordo com Azevedo (2016), à medida que a vida social do imigrante é permeada pelo mercado global, gera uma sobreposição de lealdades e identificações que se conectam a vários grupos sociais. Sendo assim, a ideia de indivíduo nação abre espaço para identidades centralizadas e híbridas que permitem a superação de diferenças culturais possibilitando novas identidades.

Se pensarmos as duas identidades, a identidade nacional e a identidade étnica, nem uma, nem outra, de acordo com Oliveira (2000), pode ser o que era no país de origem. Tanto uma quanto a outra são construídas por um propósito. A primeira é a conexão de um país com sua história e sua cultura e a segunda é construída a partir da margem histórica e cultural que se encontra sendo um imigrante excluído da primeira. O reconhecimento da identidade étnica ou da nacional, conforme Oliveira (2000), é fundamental para se entender a pluralidade e parcialidade dos imigrantes. Outro fator é a consideração pelos Outros que se inicia com a

própria autoconsideração que é indispensável para a dignidade do *Nós*, tanto quanto do *Self*, sendo ele étnico ou nacional.

Esta conversação, de acordo com Bakhtin (1986), ganha significados apenas na relação que constroem com outras palavras, ou seja, com outras pessoas. A relação com outras pessoas é que forma o *Self*, já que este é produto do relacionamento humano. Segundo Cardoso (2017), no processo em que se estabelece o sentimento de pertencimento pode ocorrer a presença de pessoas que se agregam ao senso de lugar. Todavia, para Bakhtin (1986), o foco não é só no indivíduo, mas naquilo que se forma no relacionamento humano e que vai proporcionar a inclusão no contexto social e cultural em que se vive. Para o autor, os seres humanos são ligados de forma dialógica e responsiva. O espaço dialógico é fundamental para o desenvolvimento de um processo gerador de sentido de pertencimento. Para De Freitas (2008), o sentimento de pertencer a um grupo e lugar mantém a coesão comunitária de tal modo que entrelaça o lugar, a população e o pertencer.

5. METODOLOGIA

O presente estudo propôs-se a realizar uma análise de caráter qualitativo por meio da investigação das falas de algumas das integrantes do grupo da capacitação realizada pela Pares Caritas para o projeto Coletivo de Refugiados Empreendedores – CORES realizado no Rio de Janeiro.

5.1. Coleta de dados

O processo de coleta de dados valeu-se de três métodos principais: (i) entrevistas semiestruturadas; (ii) conversas informais com foco nas trajetórias migratórias e de criação de seus próprios negócios de participantes da capacitação realizada pela Pares Caritas para o projeto Coletivo de Refugiados Empreendedores – CORES realizado no Rio de Janeiro; (iii) observação participante nos grupos de capacitação. Ressalta-se que as mulheres entrevistadas aceitaram espontaneamente o convite de participação nesta pesquisa, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido — TCLE.

As conversas foram gravadas pelo celular, depositadas em arquivo protegido e conduzidas por meio de ferramentas de videoconferência, *WhatsApp* sem a utilização da câmera por pedido das próprias entrevistadas para que não se utilizassem tanto os dados de seu pacote de internet dos celulares, perdendo-se a imagem do outro e a possibilidade de observar as respostas verbais e não verbais.

Esta escolha de método foi devido à característica de permitir uma sequência livre pautada nas falas dos sujeitos e na interação que foi estabelecida entre a pesquisadora-entrevistadora e a entrevistada. As perguntas aplicadas tiveram a intenção de iniciar uma conversa que pudesse ser o objeto da investigação cujo modelo seguido foi de Kvale (1996).

A escolha da pesquisa qualitativa seguiu a proposta de Bardin (1977), pois esta é capaz de incorporar o significado às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas por construções humanas significativas em que a análise busca descrever o que foi emitido seja por meio de falas ou de textos.

Sendo assim, esta abordagem é aplicada, de acordo com Minayo (2008), ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, sentem e pensam a si mesmos.

O produto das interpretações, na pesquisa qualitativa, é um modelo de entendimento profundo entre elementos que, segundo Minayo (2007), é direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo. Elementos estes que, de acordo com Oliveira (2008), dão acesso a assuntos diversos que podem ser explícitos ou não, mas que remetem a uma época, à análise de representações sociais, ao inconsciente coletivo, ao repertório de determinado grupo social ou profissional, entre outros.

Oliveira (2008) também relata que a análise de conteúdo possui diferentes técnicas que podem ser utilizadas pelos pesquisadores, mas isto irá depender da vertente teórica seguida, no caso, pelo entrevistador. Assim podem ser sintetizadas as várias técnicas, são elas: análise temática ou categorial, análise de avaliação ou representacional, análise de enunciação, análise da expressão, análise das relações ou associações, análise do discurso, análise léxica ou sintática, análise transversal ou longitudinal, análise do geral para o particular, análise do particular para o geral, análise segundo o tipo de relação mantida com o objeto estudado, análise dimensional, análise de dupla categorização em quadro de dupla entrada, dentre outras.

A análise de conteúdo, de acordo com Minayo (2007), trabalha com as etapas chamadas de pré-análise onde a codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação emerge como técnica para propor a observação da imagem visível e da invisível que podem se apresentar no texto com vários significados. Para esta interpretação, a análise requer um pré-entendimento do entrevistado, as interações com o contexto e um olhar meticoloso do

entrevistador. Olhar, entendimento e interação desenvolvidos ao longo do processo de capacitação.

Durante a etapa de investigação do material, busca-se descobrir expressões, palavras significativas que serão categorizadas, de acordo com Minayo (2007), através de um processo de redução do texto às palavras, recortando-o em unidades de registro. Estas unidades podem ser palavras, frases, temas, personagens ou acontecimentos. Com as unidades recortadas, se escolhem as regras de contagem, por meio de codificações e índices quantitativos, realizando, assim, a classificação e a agregação dos dados escolhendo as categorias teóricas ou empíricas responsáveis, de acordo com Bardin (1977), pela especificação do tema. Só assim as interpretações e interferências são realizadas por meio de um entrelaçamento com o quadro teórico ao qual Minayo (2007) se refere.

Ademais, são esclarecidos a seguir alguns pontos adicionais:

- a) O acesso aos respondentes: Houve uma seleção mediante acessibilidade de duas participantes. A primeira ocorreu devido ao contato realizado na mentoria; e a outra através da frequência da pesquisadora à feira de gastronomia onde os refugiados participavam com suas comidas.
- b) Roteiro de entrevista – As perguntas semiestruturadas foram elaboradas de acordo com um objetivo específico, conforme o método proposto por Kvale (1996), que permitiu alcançar um entendimento sobre o fenômeno. Foi solicitada resposta discursiva à pergunta aberta realizada, sendo as entrevistadas convidadas a relatar sua chegada ao Brasil, sua chegada à Caritas do Rio de Janeiro, a participação na capacitação oferecida pela Pares Caritas deste mesmo Estado, o que este treinamento trouxe de experiência e o que poderia dizer sobre identidade e pertencimento.

Foram utilizados trechos das falas dos encontros da capacitação com a ideia de pensar sobre o propósito de empreender com gastronomia e cabelos a fim de abrir caminhos para trazer a importância do oferecimento deste serviço e sua relação com a história de vida passada, presente e futura; conhecer mais da cultura dos integrantes, colaborar para um paralelo e/ou para as diferenças existentes entre uma cultura e outra e identificar os pontos de identidade e pertencimento.

Para iniciar o diálogo, foram realizadas as seguintes perguntas: Gostaria que você nos contasse sua história de vida antes do projeto; Como você entrou no curso? Que intervalo fez na vida para participar do curso? Como será o antes e o depois desta participação para você? Mudou alguma coisa? Como sentia o Brasil antes do projeto e como o sente agora?

As perguntas semiestruturadas foram elaboradas e organizadas em função de um objetivo específico: permitir organizar os conteúdos dos discursos de forma que facilite a apresentação posterior em categorias e subcategorias distintas de acordo com o método proposto por Kvale (1996).

As perguntas surgiram devido às observações, pensamentos e questionamentos da pesquisadora quando estava ministrando a capacitação para as imigrantes refugiadas. A primeira entrevistada era de Angola e chegou ao Brasil com sua mãe e filha; e a segunda era venezuelana e chegou ao Brasil com sua filha.

Antes de dar início às entrevistas, foi enviado, para preenchimento e concordância, o “Registro de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE, através de *e-mail*. O consentimento foi realizado por meio de uma ferramenta de troca de dados devido ao momento de restrições da Covid – 19 que, no momento da entrevista, estava em seu auge. Iniciada a entrevista, as perguntas foram lidas uma a uma e, ao final, foi questionado se havia alguma dúvida em relação às mesmas.

A entrevista seguiu o seguinte roteiro:

1. Gostaria que você me contasse sua história de vida antes do projeto.
2. Como você entrou no curso da Pares Caritas?
3. Como adaptou sua vida diária enquanto estava participando do curso da Pares Caritas?
4. Como era a sua vida aqui no Brasil antes de participar deste curso e depois de participar do curso. Teve alguma diferença, alguma coisa mudou?
5. Como percebia o Brasil antes do curso e como percebe agora? Teve alguma mudança em sua percepção?

A observação de campo era realizada por meio das visitas da pesquisadora à Pares Caritas e, também, sua ida à feira onde as refugiadas entrevistadas vendiam seus produtos e faziam as tranças. Durante suas idas à feira, ela pôde perceber a diferença dos primeiros produtos em relação aos temperos utilizados, ingredientes, utensílios de cozinha, forma de pagamento. Todos iam sendo adaptados à necessidade do público e progredindo de acordo com suas conquistas provenientes da venda.

O perfil sociodemográfico das duas imigrantes refugiadas entrevistadas será apresentado na tabela 2.

TABELA 2 - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DAS IMIGRANTES REFUGIADAS ENTREVISTADAS

Entrevistadas	Nacionalidade	Idade	Tempo no Brasil	Condição	Observação
Imigrante 1	Bogotá - Colômbia	61 anos	11 anos	Imigrante Refugiada	Chegou no Brasil em 2012 devido as condições na Colômbia. Veio com a filha. Trabalhou como Secretária Bilingue no Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro. Foi artesã. Trabalha com Gastronomia na Feira Chega Junto.
Imigrante 2	Angola África	35 anos	6 anos	Imigrante refugiada	Em Angola morava em comunidade. Veio para o Brasil devido à Guerra Civil em Angola. Veio com a mãe e a filha. Está no Brasil há 6 anos. Trabalha com cabelos e hoje tem seu próprio salão de beleza.

Fonte: Elaboração própria.

5.2. Análise de dados

As entrevistas com duas mulheres participantes do curso foram gravadas com consentimento. As entrevistas duraram, aproximadamente, 1 hora e 45 minutos e todo o material de áudio foi salvo em arquivo virtual e descrito em arquivo de texto, sendo geradas oito páginas de transcrição.

A análise das entrevistas começou com releitura das transcrições quando o discurso foi dividido, em primeiro momento, pelos títulos dos capítulos deste escrito, ou seja, Imigração e Imigrante refugiado, Trabalho e Empreendedorismo e Identidade e Pertencimento. Destes temas, foram estabelecidas oito categorias principais que apareceram, ou não, nos temas, mas que foram descritos como: Experiências e entendimentos passados e biografia pessoal; Identificação história de vida e objeto do trabalho; Interpretação do padrão cultural do grupo social; Comunidades étnicas por laços culturais; Empreendedorismo e integração na sociedade; Trabalho e garantia de sustento; Constituição da identidade e do Eu; e Rede de relacionamento.

A interpretação deste material foi realizada com base no construcionismo da Psicologia Social que, em concordância com Gergen (1996), tem como principal característica o entendimento do conhecimento como uma construção social, como um produto das relações

comunitárias. Com isto, todos os conhecimentos produzidos são de reconhecimento que as palavras não captam a realidade como é, mas determinam a convenção social em questão.

Com o viés construcionista, como sintetizam Rasera e Japur (2005), não irei defender uma postura de neutralidade, pois admitirei que a linguagem não descreve o mundo, mas o constrói continuamente e intervém nele. Não defenderei a neutralidade, pois defendendo estaria ignorando os impactos do trabalho sobre os modos de vida cultural. Trago o construcionismo para apoiar no entendimento metodológico da pesquisa, pois ele convida a uma vida profissional expressiva em relação às teorias e aos métodos e práticas que indicam uma sociedade melhor, como declara Gergen (1996).

De acordo com Spink e Medrado (2013), para garantir a metodologia, precisaria manter as etapas de análise e interpretação de forma a dar oportunidade para um diálogo. Diálogo este que transitaria por entre e por fora da comunidade científica. Nesta direção, as práticas discursivas têm construído o conhecimento como uma prática social dialógica implicando na linguagem em uso.

As práticas sociais dialógicas fazem parte do construcionismo e são definidas por três dimensões básicas e que foram utilizadas neste trabalho, ou seja, a linguagem, a história e a pessoa. A linguagem, como relatam Spink e Medrado (2013), é tida como uma prática social e trabalha com os aspectos performáticos da linguagem e as condições de produção o que compreende o contexto social e interacional. Assim, ela é reconhecida por estar inserida no mesmo tempo histórico e contexto social das participantes desta pesquisa, dando sentido ao mundo, bem como às convenções para o cenário de inserção. A pesquisa construcionista, portanto, é “um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente situadas” (Spink e Menegon, 2013, p. 56).

6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO - ENTREVISTAS

A seguir, na tabela 3, são exibidos os principais temas e subtemas que emergiram das entrevistas, assim como sua frequência e número de participantes.

TABELA 3 - TABELA DE TABELA DE CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Tema	Subtemas	Frequência	Número de Participantes
1. Imigração e o imigrante refugiado	Experiências e entendimentos passados e biografia pessoal.	25	2
	Identificação história de vida e objeto do trabalho	4	2
	Interpretação do padrão cultural do grupo social	5	2
2. Trabalho e Empreendedorismo	Comunidades étnicas por laços culturais	3	2
	Empreendedorismo e integração na Sociedade	1	1
	Trabalho e garantia de sustento	3	2
3. Identidade e Pertencimento	Constituição da identidade e do Eu	8	2
	Rede de relacionamento	5	2

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas foram realizadas com perguntas semiestruturadas com duas participantes do curso CORES – Coletivo de Refugiados Empreendedores oferecido pela Pares Caritas do Rio de Janeiro sendo uma do grupo de gastronomia e outra do grupo dos cabelos. Outras participantes foram convidadas a participar das entrevistas através de mensagens de texto enviadas por um aplicativo de serviço de mensagens instantâneas, mas não responderam.

O presente estudo propõe uma análise futura de caráter qualitativo através de investigação sobre os discursos de algumas das integrantes do grupo da capacitação realizada pela Pares Caritas para o projeto Coletivo de Refugiados Empreendedores – CORES realizado no Rio de Janeiro.

As oito categorias apareceram durante a análise das entrevistas, mas não foram apresentadas de forma aleatória. A disposição teve o objetivo de dar um melhor entendimento aos temas. As categorias referentes ao capítulo primeiro, ou seja, Experiências e entendimentos passados e biografia pessoal, Identificação história de vida e objeto do trabalho, Interpretação do padrão cultural do grupo social foram apresentadas devido ao

surgimento da forma como as imigrantes interpretavam os entendimentos que iam adquirindo ao longo da convivência com a cultura brasileira, já que percebiam que o conhecimento era proveniente de um pensar modificado, mas não abandonado, de seu país de origem. Seria um cruzamento da cultura anterior com seus fatores afetivos e culturais com a atual cultura que passa a ser internalizada, externalizada e entendida. Essa ideia é compartilhada na entrevista com a seguinte fala:

“...quando eu comecei a vender comidas foi a experiência mais bonita. Você sabe que nós temos uma culinária que não é o melhor do mundo, e que vocês têm uma culinária muito mais conhecida do que a nossa, e quando eu comecei, eu comecei a experimentar e comecei a misturar...”. (Imigrante 1)

Com a internalização, externalização e entendimento existia a identificação entre o que faziam como trabalho, isto é, cabelos e gastronomia, e seus relatos de vida. Essa compreensão desenhava o padrão do grupo cultural atual no qual viviam e que era referência para a nova concepção de mundo.

“...no meu país, quando você tem mais de 35 anos, você já não está apta para trabalhar. Quando eu cheguei aqui, eu era uma mulher com 49 anos. Não podia acreditar que as pessoas não me perguntavam a idade, e só viam se eu tinha a capacidade de fazer o trabalho. Isso foi uma coisa muito boa para mim, de perceber que o brasileiro não tem um topo da idade para você ser útil. Então eu nunca me senti velha aqui eu me senti útil...”. (Imigrante 1).

“...mas agora já estou há seis anos e estou acostumada, adaptada. Não sinto mais aquilo que eu sentia antes. Eu consigo respeitar e valorizar a vida. No dia que eu sair daqui, eu terei uma outra cultura e um outro costume. Não poderei igualar o meu gosto com os costumes dos outros, apenas respeitar e valorizar o costume e a cultura de cada um...”. (Imigrante 2).

No segundo tema, percebe-se categorização com relação a Comunidades étnicas por laços culturais, Empreendedorismo e integração na sociedade, Trabalho e garantia de sustento. Este entendimento deu-se pelo fato de as entrevistadas empreenderem naquilo que fazia parte de seu dia a dia e com o qual tinham laços culturais com seus países de origem, ou seja, as comidas e as tranças. A diferenciação do que produziam estava na narrativa pessoal de cada uma como descrevem as entrevistadas:

“...geralmente eu falo o que para mim eu vou dizer que a trança a gente já nasceu com a trança. Não tenho nada que escolher porque tipo tá no sangue quando a gente nasceu e foi crescendo com a trança, eu não tenho como escolher outra coisa, foi marcar uma coisa de sangue se a gente não tivesse crescido com aquilo aí eu ia dizer para escolher outra coisa não tem outra coisa para eu escolher é uma coisa de origem, a gente cresceu nisso...”. (Imigrante 2).

As imigrantes refugiadas empregaram a seu trabalho sua criatividade, seu afeto, seu pensar proporcionando o sustento de suas famílias e de gerações futuras como uma das entrevistadas relata:

“...a comida me ajudou muito a me sustentar e para eu poder viver, para poder pagar um apartamento sozinha. Na época, eu morava sozinha, e depois eu fui morar com a minha filha. Nós fomos para um apartamento onde nos sentíamos mais seguras, onde a minha neta estava tranquila com conforto. De jeito nenhum eu falo que sobrava dinheiro, mas nunca faltou para as coisas básicas, e para dar uma vida muito boa. A vida que eu merecia realmente, eu me dei no Brasil, no Rio de Janeiro mesmo sendo a cidade mais cara do mundo, mesmo que precisa de dois mil para cima para você viver num lugar mais ou menos, mas eu tinha para comer, para mandar dar presente as minhas netas, para comprar, para compartilhar, para sair...”. (Imigrante 1).

O terceiro tema sobre Identidade e Pertencimento teve como especificação a Constituição da identidade e do Eu e a Rede de relacionamento. Esta foi entendida devido ao pensamento de que a construção do Ser que irá facilitar a continuidade da existência em outra cultura, ou outro país, se inicia pelo processo migratório quando o imigrante se vê, se percebe com sua territorialidade permanente saindo de um território seguro para outro de pouca familiaridade.

“...eu não sou brasileira. Eu me refiro ao meu costume, o modo de viver, ao caráter, por isto eu não sou brasileira, e nunca vou ser brasileira. O modo de costume, modo de viver, o modo de conversar, modo das pessoas que me rodeiam. Antigamente, eu via essa coisa de diferente, o modo de vestir, o modo de falar, tudo era diferente. Quando a gente se abre para falar querendo aprender mais, alguma coisa vai mudando, pouco a pouco, e mais tarde você nota que você já não é mais aquela pessoa que tinha aquele costume de se isolar, de se afastar, de ver as pessoas com outros olhos, agora eu vejo diferente. Valorizar, respeitar, acima de tudo as pessoas. Nós devemos respeitar cada costume e cultura, e é isso que eu faço. É respeitar, só isso e continuar vivendo”. (Imigrante 2).

O pertencimento é vivenciado em um local onde as características sociais, culturais e a organização social são semelhantes ao local de origem, pois a capacidade de ignorar a história anterior não é possível para que não se perca a identidade primeva. Isto é apresentado por uma das entrevistadas:

“...antes eu me sentia uma pessoa estrangeira, mas agora eu estou me acostumando... a gente dá tempo ao tempo para entender, e aprender a cultura que a gente encara naquele momento. Por exemplo, eu estou aqui, então eu estou me acostumando, me adaptando à cultura daqui, não estou mais me comparando...aquela diferença da cultura, do costume, isso que nos faz diferenciar mais ou menos. Quando você chega no país aí você encontra pessoas com costume diferente, mas modo de vestir de dizer então tudo é diferente...”. (Imigrante 2).

No processo de saber quem é, na tentativa de se fazer Ser em um outro país, o imigrante compõe uma rede de relacionamento que lhe dará a seguridade e promoverá o enraizamento ao país de acolhimento. Esta transição é percebida na fala das entrevistadas:

“...eu comecei a sentir que eu fazia parte dessa sociedade porque eu peguei um pouco do meu país, e um pouco do Brasil... aí eu comecei a sentir que eu fazia parte, que eu fazia parte desta comunidade, que eu fazia parte desse país. E aí, eu senti que eu vou morrer como colombiana, mas eu faço parte da família brasileira também, de coração...”. (Imigrante 1).

Oferecer a noção do tema e sua categorização através de textos relatados durante as entrevistas com as imigrantes refugiadas que participaram da capacitação não basta, pois estas análises só foram realizadas após a elaboração da tabela que segue, onde é descrito o resultado desta categorização, a frequência com que ela aparece nos discursos e o número de participantes cujos subtemas foram localizados em suas falas. O produto final desta categorização facilitou a análise das entrevistas e as considerações finais deste trabalho.

7. DIFICULDADES DO CAMPO

A ajuda da organizadora da capacitação foi de suma importância para que o grupo me aceitasse e para que a instituição abrisse as portas para mim. Mesmo assim, meu acesso era restrito a apenas estar nos grupos quando chamada e com membros da equipe da instituição. No primeiro trabalho, foram realizados alguns acordos sobre as faltas, mas, no segundo grupo, a evasão não era tão sentida pelo coletivo, todavia o atraso aos encontros e mesmo o não comparecimento eram fatores que mexiam com o grupo e faziam com que as participantes questionassem se abririam um negócio individual ou coletivo. Para mim, já tinha internamente que tanto a evasão, quanto o atraso e a falta eram características próprias, pois tinha o conhecimento que acontecia em outros grupos de trabalho. Então, sabia que quem estava presente era porque queria realmente estar ali.

Os vários idiomas e os interlocutores, e chamo interlocutores aos tradutores que faziam parte do contexto facilitando a compreensão da comunicação de todos, eram para mim um fator de dificuldade. Ficava pensando se estavam compreendendo o que eu estava querendo dizer, se eu estava compreendendo o que elas queriam dizer, quais as interferências de nossas representações culturais neste entendimento e como poderia diminuir esta distância que a língua e a representação traziam.

Não só o idioma era uma questão para mim como também as questões práticas de se abrir um negócio, por exemplo, ir a um banco para abrir uma conta bancária, movimentar a rede nas mídias sociais para divulgar e manter o negócio. Pensava se tinham esta facilidade ou mesmo se tinham a possibilidade de encontrar alguém para ajudá-las neste processo.

E, após as capacitações, me perguntava também qual seria a sustentabilidade daquele projeto na vida das imigrantes refugiadas já que, para aquele trabalho se manter, elas precisariam de uma rede de apoio, de outros locais para apresentar seus trabalhos para que não dependessem somente daquela fonte. E me perguntava se o curso estava pensando nesta sustentabilidade posterior ou se ela ficaria por conta das participantes e se seria uma tarefa delas, se este negócio daria a possibilidade de criar uma rede a ponto de se sentirem pertencendo ao país de acolhida.

Como a ideia de escrever sobre esta pesquisa veio após a minha contribuição e, no meu entender esta ainda não foi realizada, já que pretendo legitimar se o que entendia como empreender era o que elas entendiam, se o ato de empreender era considerado como trabalho, se este fornece a subsistência, se este abrange a sensação de pertencimento tanto ao país de origem, quanto a uma rede.

Além das questões relacionadas à pesquisa, ainda existe o fato de a decisão ter se tornado motivo desta pesquisa após minha participação. Assim, somente a instituição sabia do meu desejo em escrever sobre o projeto.

Fico apreensiva, pois não sei a recepção das participantes quando da realização da pesquisa propriamente dita e, para isso, faz-se necessário encontrar quais são as confluências, como relata Santos (2015), que me permitirão ser novamente aceita, incluída e acolhida por estas pessoas.

Ao pensar sobre a decisão da pesquisa ser posterior ao encontro, faço uma reflexão sobre como me aproximar com um outro papel, o de pesquisadora, e validar junto com os participantes da capacitação, não somente, como estão aplicando o que foi aprendido anteriormente, mas também, como entendiam o que era empreender e se o entendem como trabalho, se está proporcionando gerar renda para subsistência, identidade, pertencimento e manutenção de uma rede. Para isto, penso em Santos (2015) quando este sugere uma confluência de saberes e visões de mundo como uma proposta de respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imigrações são realizadas de diversas maneiras, mas enfocou-se neste estudo na imigração com posterior solicitação de refúgio ao país de acolhimento. O refúgio se dá por questões de guerra, perseguições políticas, violência e abusos de direitos humanos entre outros motivos. Independente da causa pela qual o refugiado sai de seu país de origem, o desejo, na chegada a outro país, está em se estabelecer, em recomeçar, em encontrar algo melhor do que se deixou, um lugar que o (a) acolha. Este lugar, de acordo com Sayad (1988), é um lugar de impermanência onde o estado do Ser imigrante é um estado provisório em que se vive com intenso sentimento de provisoriedade.

A experiência de quem migra toma rumo diferente, segundo Mallard (2020), e isto irá depender de onde se vem e em que país se está. O autor ainda segue dizendo que só migra quem pode fazê-lo e isto vai além das condições financeiras, psicológicas e emocionais. Trata-se de pessoas dispostas a se reinventar, a querer abraçar o novo e transformar o espaço por onde circulam. Mas, isto ainda não basta. É necessário que lhes ofereçam condições de explorar seu potencial. Quando estas oportunidades são dadas, as pessoas são capazes de florescer.

A capacitação oferecida pela Pares Caritas era vista como uma oportunidade baseada no pilar da integração. Havia o intuito de se criar condições para que as participantes se tornassem parte da sociedade de acolhimento através do empreendedorismo. Sabe-se que o trabalho, no momento da idealização do curso, estava em queda para brasileiros que eram fluentes no idioma. Portanto, para imigrantes que não eram fluentes na língua local, se tornava ainda mais difícil.

O curso foi oferecido para o ramo da gastronomia e tratamento de cabelos, pois estas foram as vias acesso encontradas por meio da observação de quando estas mulheres estavam presentes na instituição. As participantes, por exemplo, compartilhavam seus pratos típicos,

faziam suas tranças, assim, demonstravam seus interesses. Nesta troca, era percebida a interação entre as próprias imigrantes e com as brasileiras e brasileiros ali presentes. Com estes convívios, a integração local vista por Crisp (2004) parecia estar sendo aplicada, visto que havia a criação de laços afetivos através de fazeres que poderiam ser transformados em trabalho que poderia atender à dimensão econômica, além de ser um facilitador para a receptividade na sociedade em que se encontravam.

O trabalho, desta forma, não foi pensado somente pela ótica de Sayad (1988), como sendo um ponto importante para o imigrante refugiado, pois é ele que faz existir o imigrante, já que lhe confere o estatuto social e legitima sua presença. Mas foi pensado sim, como propõe Cecato (2008), como aquele que traz condições de dignidade, capaz de fornecer as necessidades materiais, morais, emocionais, de autoestima e de inserção na comunidade em que vive. Neste caso, o trabalho poderia ser responsável por diminuir as fronteiras geográficas, abrindo caminho de integração de culturas estrangeiras com a nacional, sem negar a cultura do outro, sem submetê-la ou deformá-la, permanecendo a cultura como um fator de segurança das participantes.

Durante sua participação nesta capacitação, a pesquisadora ficava observando as mulheres imigrantes refugiadas e se questionava se, após o término dela, seriam capazes de visualizar o empreender como uma forma de trabalho proporcionador de identidade e pertencimento ao país de acolhimento. Estas dúvidas foram esclarecidas no capítulo referente às entrevistas onde, após a análise das experiências, entendimentos passados e de sua biografia pessoal, identificação, história de vida e objeto do trabalho, a interpretação do padrão cultural do grupo social, a constituição da identidade e do “Eu”, assim como da rede de relacionamento foram o que as entrevistadas, que fizeram parte do grupo da capacitação, mais descreveram como encontrados após este processo.

Mesmo que o empreendedorismo tenha como princípio as ideias econômicas liberais do século XVII, em que o Estado coloca cada um como responsável pela inserção produtiva no mercado, este apareceu como uma forma de trabalho e sustento familiar. Trabalho que atendia à definição de empreendedorismo étnico, isto é, ligado aos laços culturais do país de origem de cada participante. Estes laços colaboravam para o fator de segurança, diante da percepção que o novo ambiente é diferente da terra natal proporcionando a compreensão de que o que traz de conhecimento cultural, também, pode ser aplicado e integrado à nova vida.

Esta integração à nova vida foi fator primordial para que, como escreve Schütz (2010), algumas experiências passadas, ligadas ao conhecimento adquiridas na terra natal fossem mantidas, ajudando no desenvolvimento histórico e em suas biografias pessoais. Assim, a culinária e o tratamento dos cabelos se tornavam um meio para a facilitação da interpretação do novo ambiente social em que estavam se inserindo. Era como uma tradução do padrão cultural do grupo interno nos termos do padrão cultural do grupo de origem. O cruzamento e a observação daquilo que as duas culturas possuem em comum e que ativa, em cada uma, um exercício de afetos, símbolos, imaginários mostra como as culturas podem servir como um facilitador para a integração e entendimento das identidades. Elas denotam onde estamos no mundo, deixando aparente que o estabelecimento de laços e a sensação de pertencimento ocorrem em um lugar cujas características sociais, culturais e a organização espacial não sejam de todo desconhecidas.

Esta compreensão precisa ser adquirida, pois, de acordo com Marandola Jr. e Dal Gallo (2010), o imigrante é um ser transposto e este processo envolve redefinições de territorialidades importantes para a segurança existencial e identidade territorial. Ficou mais evidente, após as entrevistas, que as imigrantes não podiam, e não eram, capazes de ignorar suas histórias e ser indiferentes à nova realidade. Assim sendo, as duas contribuíam para a manutenção de suas compreensões e manutenção do estabelecimento de relações com os brasileiros residentes no Rio de Janeiro. É por meio desta clareza e da construção desta rede que as imigrantes foram se construindo, adaptando e integrando o que produziam de suas culturas ao ambiente em que se inseriam.

Estas relações que foram sendo constituídas ao longo do trabalho de empreender foram o que, para elas, fortaleceram o processo de integração e interculturalidade ao país como descrito por Lussi (2015). Com isto, pode-se tirar as conclusões que as questões identitárias das imigrantes passaram por uma adaptação cultural que permeou os costumes, o idioma, a etnicidade e as representações e, talvez, esta adaptação é que sustentará as relações sociais que foram as formas utilizadas por elas para compreensão do mundo. As relações com as outras pessoas é o que, como informa Bakhtin (1986), forma o *Self* e este é visto como um produto do relacionamento humano que proporcionou a inclusão das imigrantes refugiadas no contexto social e cultural em que viviam.

O presente trabalho traz como contribuições compreensão maior sobre o empreendedorismo, especialmente no contexto de imigrantes refugiados, destacando os desafios, as mudanças ao longo do tempo e a importância da rede de apoio no processo

empreendedor. Os números do GEM - *Global Entrepreneurship Monitor* - apresentaram que 38% da população ativa do Brasil estava fora do mercado de trabalho em 2015 e que 65,8% das mulheres se tornaram empreendedoras. O mesmo relatório, em 2022, comenta que 80% dos empreendedores estavam nesta direção devido à falta de trabalho e o número de mulheres empreendedoras para o mesmo ano era de 54,6%. Isso demonstra que um grande número de mulheres se tornou empreendedora devido à falta de recolocação no mercado de trabalho.

De acordo com Sabino (2010), o empreendedorismo pode ser uma resposta à alavancagem econômica e ao autossustento de milhares de famílias. A afirmativa do autor demonstra o que apuramos, visto que, de acordo com as entrevistadas, esta opção apoiou o desenvolvimento delas através do que se pode chamar de empreendedorismo enclave étnico como descrevem Waldinger, Aldrich e Ward (1990) que, como refere Volery (2007), são empresas que nascem na desocupação do mercado de trabalho. Desocupação esta que, de acordo com Gomes e Le Bourlegat (2020), traz o empreendedorismo de autoemprego. O que nos permite refletir que, nestes casos, o empreendedorismo é um trabalho.

Empreender no ramo de gastronomia e cabelos é compartilhar da cultura, compartilhar histórias pessoais com a população local. A experiência trazida pelas imigrantes refugiadas configura, como referem Zanforlin e Amaral (2019), um caminho para mobilizar afeto e elaborar pertencimentos. A identidade, segundo Phinney (1990), não ocorre somente diante da presença de seu grupo ou comunidade, mas também frente à participação ativa em uma cultura criada. De acordo com Casey (2001), é nesse processo que a rede de apoio, no país de chegada, vai se compondo, criando uma rede de relacionamento e promovendo um enraizamento. Esta rede de apoio tem papel importante no sucesso e apoio ao empreendimento, gerando, conforme Da Silva Diniz, De Oliveira Guimarães e Fernandes (2019), crescimento e vantagens.

Em concordância Zhou (2004), se referindo à importância desta rede de apoio, comenta que elas facilitam e agilizam a adaptação do imigrante ao novo país, pois são fontes de sociabilidade em que a solidariedade e a confiança são de grande valia. E o trabalho, completa Tarantini (2016), é um valioso facilitador de aceitação dos refugiados na sociedade em que se encontram. É ele que facilita o aprendizado da língua, as amizades e a formação da rede de apoio.

Como limitações, o estudo apresenta somente duas entrevistas devido à não resposta para meu convite à entrevista das outras participantes do curso. Mas, mesmo com dois relatos,

foi possível ter uma compreensão cara, rica, das contribuições que, não somente a capacitação ofereceu, como também, o ato de empreender.

Para estudos futuros, sugere-se realizar um comparativo com imigrantes brasileiros em outros países. O que esta imigração apresenta em comum e o que tem de diferente na imigração de refugiados. Será a questão do refúgio e da imigração por autoria própria? O Estado e as políticas públicas no país de chegada do imigrante brasileiro o acolhem de maneira diferente? Quais os fatores que levam o brasileiro a imigrar? Como é a construção da identidade e do pertencimento para o brasileiro que imigra?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIDI-NDOFOR, Hermann; PRIEM, Richard L. Immigrant entrepreneurs, the ethnic enclave strategy, and venture performance. **Journal of Management**, v. 37, n. 3, p. 790-818, 2011.

ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de ação humanitária**. Almada: Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

ACNUR. **Interiorização**. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/interiorizacao/>. Acesso em: 28 out. 2022.

ALVES, José Augusto. Os direitos humanos como tema global. *In*: ALVES, José Augusto. **Os direitos humanos como tema global**. [S.l.], [s.n.], 1994, p. 186-186.

AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise social**, [S.l.], [s.n.], 2003, p. 687-714.

ANDERSON, E. H.; HULL SPENCER, M. Appendix C. A Phenomenological Study. Cognitive Representations of AIDS. **Qualitative Health Research**, [S.l.], v. 12, n. 10, p. 1338-1352, 2002.

ANDRADE, Marisa *et al.* **Mulheres refugiadas e o mercado de trabalho: Um estudo no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ANNONI, Danielle; VALDES, Lysian Carolina. **O direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Juruá, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 2. ed. [S.l.]: BOD GmbH DE, 2020.

ARAÚJO, Jailton Macena; ALEXANDRE, Suzana Martins. Políticas públicas de emprego e a valorização do trabalho humano como meios garantistas do desenvolvimento e da dignidade humana. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 5, n. 10, p. 129-146, 2014.

ARREGLE, Jean-Luc *et al.* Family ties in entrepreneurs' social networks and new venture growth. **Entrepreneurship theory and Practice**, v. 39, n. 2, p. 313-344, 2015.

AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade. **Entrepreneurship theory and Practice**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 313-344, 2015.

AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 20, 2016.

BAKHTIN, M. M. **Speech genres and Other late essays**. Austin, Tx: University of Texas Press, 1986.

BARBOSA, Lúcia de Assunção *et al.* Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes venezuelanos no Brasil. **Anais**, [S.l.], p. 1-9, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BASTOS, Cyntia de Oliveira Nogueira *et al.* **Mulheres invisíveis: imigração e mercado de trabalho brasileiro**. 2022. TCC (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Serviço Social.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

BECKER, Gary. S. **Human capital theory**. Columbia, New York. 1964.

BERRY, D. P.; BELL, M. P. Expatriates: Gender, Race and Class Distinctions in International Management. **Gender, Work and Organization**, v. 19, n. 1, p. 10-28, jan. 2012.

BEZERRA, A.C.A. *et al.* Territórios, identidades e lutas sociais na amazônia. In: ARAÚJO, F.G.B.; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; RODRIGUES, Viviane Mozzine. Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: história e perspectivas. **Dimensões**, Vitória, n. 27, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas - sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002**. Promulga a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas. Diário Oficial, Brasília, DF, 22 mai. 2002

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017.

BRASIL, Ministério da Justiça. Notícia. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 09 out. 2019. **Na ONU, Brasil ressalta acolhimento a refugiados**. 09 out. 2019. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570656348.14>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL, Senado Federal, Senado. **Constituição do Brasil**. Brasília (DF), 1988.

BUENO, Alexandre Marcelo. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. **Estudos semióticos**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 35-43, 2013.

CABREIRA, Marcia Maria. Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa. **EccoS–Revista Científica**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 93-104, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. *In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. 2004.

CAMPOS, M. Ensaio sobre a construção de informações sobre migração internacional no Brasil. **Refúgio, Migrações e Cidadania, Caderno de Debates**, [S.l.], v. 10, n. 10, p. 35-54, 2015.

CARDOSO, Diogo *et al.* Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, [S.l.], n. 11, p. 83-98, 2017.

CARITAS, Pares. **Quem Somos**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>. 04 de mai de 2020. Acessado em 22/10/2023.

CASEY, Edward S. Between Geography and Philosophy: What Does It Mean to Be in the Place-World?. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n. 4, p. 683-693, 2001.

CASTEL, Ricardo. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

CECATO, Maria Aurea Baroni. **Direitos laborais e desenvolvimento: interconexões**. [S.l.], [s.n.], 2008.

CHEUNG, S. Y.; PHILLIMORE, J. Gender and Refugee Integration: a Quantitative Analysis of Integration and Social Policy Outcomes. **Journal of Social Policy**, v. 46, n. 2, p. 211–230, 2017.

COHEN, Abner. The lesson of ethnicity. **Urban ethnicity**, p. 9-23, 1974.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; OLIVEIRA, Marcelo Xavier de. Tendências comportamentais frente à saúde de imigrantes brasileiros em Portugal. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 22, p. 548-557, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar?. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], p. 665-677, 2015.

CRISP, Jeff. **The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis**. Geneva, Switzerland: UNHCR, 2004. Disponível em: <https://www.unhcr.org/407d3b762.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

CRUZ, Eduardo; MANCEBO, Rafael C.; FALCÃO, Roberto. Empreendedorismo Imigrante no Contexto dos Haitianos em Maricá: Reflexões e Propostas. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, [S.l.], v. 7, n. 7, p. 143-159, 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, 1948

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. [S.l.], [s.n.], 1988, p. 163-163.

DEUBEL, André-Noël R. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora. 2006.

DINIZ, Gislene Cordeiro da Silva; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira; FERNANDES, Duval Magalhães. Empreendedorismo imigrante e étnico: o papel das redes sociais no processo empreendedor de um imigrante sírio no Brasil. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais (Internext)**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 161-174, 2019.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DRORI, Israel; HONIG, Benson; WRIGHT, Mike. Transnational entrepreneurship: An emergent field of study. **Entrepreneurship theory and practice**, [S.l.], v. 33, n. 5, p. 1001-1022, 2009.

ELAN, Helen Regueiro. El indio ausente y la identidad nacional uruguaya. **De palabra y obra en el Nuevo Mundo**, [S.l.], v. 4, 1995.

ELHAJJI, Mohammed. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. **Esferas**, [S.l.], v. 2, n. 3, jul./dez 2013.

ELHAJJI, Mohammed. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. **Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação**, [S.l.], v. 13, n. 2, 2011.

EL-MOOR, Patrícia Dario. O Reconhecimento da Presença Árabe no Brasil: na busca de uma identidade Nacional. In: **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, [S.l.], v. 16, p. 274-305, 2014.

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. **Man**, p. 127-144, 1991.

FAIRLIE, Robert W.; MEYER, Bruce D. Ethnic and Racial Self-Employment Differences and Possible Explanations. **Journal of Human Resources**, v. 31, n. 4, p. 757-793, 1996.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.

FRANÇA, Marjory Figueiredo Nóbrega de. Declaração do Estatuto de Refugiado no Brasil. 2003.

FRANÇA, Rômulo Ataides; RAMOS, Wilsa Maria; MONTAGNER, Maria Inez. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 89-106, 2019.

FREGETTO, Eugene. Immigrant and ethnic entrepreneurship: a US perspective. **Entrepreneurship: The way ahead**, p. 253-268, 2004.

FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul–Acre**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8058-desenvolvimento-locale-sentimento-de-pertencia-na-comunidade-de-cruzeiro-do-sul-acre.pdf>.

FREITAS, Maria Ester de. Vida de executivo expatriado: a festa vestida de riso ou de choro. **Encontro Anual da ANPAD**, [S.l.], v. 24, 2000.

GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**, [S.l.], v. 3, p. 15-36, 2001.

GARTNER, Anne; LATHAM, Gloria; MERRITT, Susan. The power of narrative: Transcending disciplines. **UltiBASE Articles**, 1996. Disponível em: <http://www.uea.ac.uk/care/elu/SubFrame.html>. 1999.

GERGEN, Kenneth Jay. **Realidades y relaciones: aproximaciones a la construcción social**. Paidós, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp. 1991.

GIRALDA, Seyferth. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 1990.

GIROTO, Giovanni; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Imigrantes e refugiados no Brasil: uma análise sobre escolarização, currículo e inclusão. **Revista Espaço do Currículo**, [S.l.], v. 13, n. 1, 2020.

GOMES, Laura Aparecida Santos; BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le. Empreendedorismo étnico e de autoemprego em um olhar para as comunidades de imigrantes. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], v. 21, p. 317-330, 2020.

Governo e ACNUR lançam relatório Refúgio em Números e Plataforma Interativa sobre Reconhecimento da Condição de Refugiado no Brasil. 25 jul. 2019. **ACNUR**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/25/governo-e-acnur-lancam-relatorio-refugio-em-numeros-e-plataforma-interativa-sobre-reconhecimento-da-condicao-de-refugiado-no-brasil/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GRISCI, Carmem L.I. Trabalho Imaterial. In A. D. Cattani & L. Holzmann. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

GUANAES, Carla. **A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social**. [S.l.]: Vetor Editora, 2006.

HALL, Stuart . **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart *et al.* **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALTER, Marylin. Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 47, p. 116-123, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, 1992.

HEIDEGGER, Martin; LEÃO, Emmanuel Carneiro. **Ensaaios e conferências**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

HERNÁNDEZ, Bernardo *et al.* Place attachment and place identity in natives and non-natives. **Journal of environmental psychology**, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 310-319, 2007.

HILL, Stephen *et al.* Global entrepreneurship monitor 2021/2022 global report: opportunity amid disruption. *In: Expo 2020 Dubai*. 2022.

IMDH. Instituto de Migrações e direitos humanos. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/IMDH>. Acesso em: 08 set. 2011.

JESUS, Gislayne de *et al.* Um olhar de cá para lá: imigração haitiana e a política de assistência social no município de Palhoça/SC. 2020.

JONES, A. A silent but mighty river: the costs of women's economic migration. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.l.], v. 33, n. 4, p. 761-769, 2008.

JONES, Trevor; MCEVOY, David. Ethnic enterprise: the popular image. **The survival of the small firm**, [S.l.], v. 1, p. 197-219, 1986.

JUBILUT, Liliana Lyra *et al.* Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. **Série Pensando o Direito-IPEA**, [S.l.], n. 57, 2015.

KARTZOW, Rodrigo Vásquez de. Impacto de las migraciones en Chile: Nuevos retos para el pediatra. ¿Estamos preparados?. **Revista chilena de pediatría**, [S.l.], v. 80, n. 2, p. 161-167, 2009.

KNAPPERT, Lena; KORNAU, Angela; FIGENGÜL, Meltem. Refugees' exclusion at work and the intersection with gender: Insights from the Turkish-Syrian border. **Journal of Vocational Behavior**, [S.l.], v. 105, p. 62-82, 2018.

KOVACS, Ilona.; CASACA, Sara F., HOLZMANN, Lorena; PICCININI, Valmiria C.; CERDEIRA, Maria C.; GUIMARÃES, Valeska; GRISCI, Carmem L. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. *In: PICCININI, Valmira, HOLZMAN, Lorena; KOVÁSCZ, Ilona; GUIMARÃES, Valeska N. (Orgs.) O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea : persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2006.

KUHLMAN, Tom. The economic integration of refugees in developing countries: a research model. **Journal of refugee studies**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 1-20, 1991.

- KVALE, Steinar. **InterViews: an introduction to qualitative research interviewing**. [S.l.]: Sage, 1996.
- LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo Ramon. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 145, p. 72-90, 2022.
- LARROSA, Jorge. **La experiencia de la lectura**. Estudios sobre Literatura y formación. Buenos Aires: Edit. Biblos. 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Pensamento Selvagem (o)**. [S.l.]: Papyrus Editora, 1990.
- LEWICKA, Maria. Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the forgotten city past. **Journal of environmental psychology**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 209-231, 2008.
- LIMA, Álvaro Eduardo de Castro e; CASTRO, Alanni de Lacerda Barbosa de. **Brasileiros nos Estados Unidos - Meio Século (re)fazendo a América (1960 - 2010)**. Brasília: FUNAG, 2018.
- LIPPI, Lucia. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LIRA, Rosângela Araújo Viana de; LAGO, Matheus Bezerra de Moura; LIRA, Fernanda Isabel Araújo Viana de. Feminização das migrações: a dignidade da mulher venezuelana, migrante e refugiada, e o papel das políticas públicas. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 247, p. 322-340, 2019.
- LOW, SETHA M.; ALTMAN, Irwin. Place attachment: A conceptual inquiry. *In: Place attachment*. Boston, MA: Springer US, 1992. p. 1-12.
- LUCCHESI, Martha Abrahão Saad; MALANGA, Eliana Branco. Diálogos interculturais e identidades nacionais: transculturalidade e transdisciplinaridade. **Visão global**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 55-72, 2011.
- LUSSI, Carmem. Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais. **Migrações e trabalho**, [S.l.], p. 55-68, 2015.
- LUSSI, C.; MARINUCI, R. **Vulnerabilidade social em contexto migratório**. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), 2009.
- MALLARD, Suzana Duarte Santos. **A experiência de terapeutas na escuta de pessoas forçadas a migrar**. Contribuições para a psicossociologia de Comunidades. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (PÓSEICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2020.
- MARANDOLA JR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista brasileira de estudos de População**, [S.l.], v. 27, p. 407-424, 2010.
- MARINS, Mani Tebet Azevedo de. O 'feminino' como gênero do desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 26, 2018.
- MARINS, Mani Tebet. Transgressão ou reprodução? Discursos de homens e mulheres em profissões alternativas ao seu gênero. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

- MARQUESIN, Denise Filomena Bagne; PASSOS, Laurizete Ferragut. Narrativa como objeto de estudo: aportes teóricos. **Múltiplas Leituras**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 219-237, 2009.
- MASUREL, Enno; NIJKAMP, Peter; VINDIGNI, Gabriella. Breeding places for ethnic entrepreneurs: a comparative marketing approach. **Entrepreneurship & regional development**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 77-86, 2004.
- MEZZADRA, Sandro. **Confini, migrazioni, cittadinanza**. [S.l.]: [s.n.], p. 1000-1011, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINISTÉRIO PÚBLICO. **Refúgio em Números**. Brasília: Governo Federal. 2018.
- MIRANDA, Joana. **Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida**. [S.l.]: Observatório da Imigração, ACIDI, IP, 2009.
- MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 22, p. 85-98, 2014.
- MOREIRA, Maria Adelaide Silva Paredes *et al.* Pensando a saúde na perspectiva dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 527-527, 2007.
- MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.
- MURTA, Ivana Benevides Dutra. O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações. [S.l.]: [s.n.], 2008.
- MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S.l.], v. 48, p. 184-189, 2014.
- NEGRI, Maria Eduarda Callai. **Empoderamento feminino e integração social de mulheres refugiadas por meio do empreendedorismo**. [S.l.]: [s.n.], 2016.
- OBMIGRA. **Relatório Anual OBMigra 2019**. Ministério do Trabalho. Disponível em; <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des) caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 15, p. 07-21, 2000.
- PAGOTO, Fábio. Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1785591-engenheiros-e-professores-refugiados-estao-entre-varredores-das-ruas-de-sp.shtml> Acesso em: 04 ago. 2023.

- POLÍCIA FEDERAL. CG.CONARE. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio/> Acesso em 22 de outubro de 2023.
- PALATTIYIL, George *et al.* Global trends in forced migration: Policy, practice and research imperatives for social work. **International Social Work**, [S.l.], v. 65, n. 6, p. 1111-1129, 2022.
- PARKER, S. C. **The economics of self-employment and entrepreneurship**. Cambridge: Cambridge University. Press, 2004.
- PERULLI, A. **Economically dependent / quasi-subordinate (parasubordinate) employment**: legal, social and economic aspects. Paris: European Commission, Committee for Employment and Social Affairs, 2003.
- PHINNEY, J. S. Ethnic identity in adolescence and adulthood. **Psychological Bulletin**, [S.l.], n. 108, p. 499-514, 1990
- POMBO-DE-BARROS, Carolina Fernandes; ARRUDA, Angela Maria Silva. Afetos e representações sociais: contribuições de um diálogo transdisciplinar. **Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília**, [S.l.], v. 26, n. 2, p 351-360, 2010.
- PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. Gaining the upper hand: Economic mobility among immigrant and domestic minorities. **Ethnic and racial studies**, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 491-522, 1992.
- RASERA, Emerson Fernando; JAPUR, Marisa. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, p. 21-29, 2005.
- REDIN, Giuliana. **Direito de imigrar**: direitos humanos e espaço público. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.
- ROCHA, R. R.; MOREIRA, J. B. Dossiê “Relações Internacionais: Novos cenários e agendas”. Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e desafios. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 17-30, out. 2010.
- SABINO, Geruza Tomé. Empreendedorismo: reflexões críticas sobre o conceito no Brasil. **Anais do Seminário do Trabalho**, [S.l.], v. 7, p. 1-16, 2010.
- SÁEZ, Horacio Capel. Inmigrantes extranjeros en España. El derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grandes expectativas y duras realidades. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 5, n. 79-104, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. [S.l.]: [s.n.], 1976.
- SANDERS, Jimmy M.; NEE, Victor. Immigrant self-employment: The family as social capital and the value of human capital. **American sociological review**, [S.l.], p. 231-249, 1996.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- SANTOS, Mylena Francielli; MÜLLER, Leticia Joana. Migração e inserção no mercado de trabalho decente: o trabalho doméstico informal como destino das mulheres migrantes no Brasil. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 2, 2019.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

- SCHRÖDER, Ulrike. Comunicação intercultural: uma desconstrução e reconstrução de um termo inflacionário. **Cadernos de Linguagem e sociedade**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 38-49, 2008.
- SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro—um ensaio em psicologia social. **Revista espaço acadêmico**, [S.l.], v. 10, n. 113, p. 117-129, 2010.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. [S.l.]: Cengage Learning, 2014.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, [S.l.], v. 3, p. 95-131, 1997
- SILVA, Ana Carolina Cozza Josende da; FURTADO, Juliana Haetinger; ZANINI, Roselaine Ruviano. Evolução do empreendedorismo no Brasil baseada nos indicadores do global entrepreneurship monitor (GEM). **Revista Produção Online**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 758-780, 2015.
- SILVA, Gustavo Junger da Silva; CAVALCANTI, Leonardo; SILVA, Sarah Lemos; TONHATI, Tania; COSTA, Luiz Fernando Lima. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.
- SILVA, Lourdes Ana Pereira. RAÇA E IDENTIDADE NOS ESTUDOS DE RECEPÇÃO EM COMUNICAÇÃO. **Identidade!**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 147-158, 2020.
- SILVA, Regina Coeli Machado. Reordenação de identidade de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.l.], v. 47, p. 357-373, 2008.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. [S.l.]: [s.n.], 1976.
- SOLANO, Giacomo; HUDDLESTON, Thomas. **Migrant integration policy index**. Migration Policy Group, 2020.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. **Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 135-147, 2006.
- SOZANSKY, Adeline; SARMIENTO, Karina; REYES, Carlos. Challenges to the right to work in Ecuador. **Forced Migration Review**, [S.l.], n. 51, p. 93, 2016.
- SPINK, Mary J. P.; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. *In*: SPINK, Mary J.(Org.), **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. [S.l.]: Centro Edlstein de Pesquisas Sociais. 2013.
- SPINK, Mary Jane Paris; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva. *In*: SPINK, Mary Jane Paris (Org.), **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013. p. 42-70.
- TARANTINI, Vanessa Celano. **A integração local dos refugiados no Brasil e os direitos humanos: o papel das empresas**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Acesso em: 22 ago. 2023.
- TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). *In*: CAVALCANTI, L;

OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. GONZALEZ **Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021, p. 155-183.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. A proteção internacional dos direitos humanos no limiar do novo século e as perspectivas brasileiras. **Temas de política externa brasileira II**, [S.l.], v. 1, p. 167-187, 1994.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Aspectos gerais da dinâmica migratória no Brasil no século XXI. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, [S.l.], v. 31, n. 31, 2017.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, [S.l.], v. 21, p. 239-260, 2018.

VILLEN, Patricia. O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: a imigração dos ‘periféricos emergenciais’ para o Brasil. **Revista da ABET**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 186-198, 2015.

VOLERY, Thierry. Ethnic entrepreneurship: a theoretical framework. *In*: DANA, L.-P. (Ed.). **Handbook of research on ethnic minority entrepreneurship: a co-evolutionary view on resource management**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2007, p. 30-41.

WALDINGER, R.; ALDRICH, H.; WARD, R. Opportunities, group characteristics and strategies. *In*: WALDINGER, R.; ALDRICH, H.; WARD, R. (Eds.). **Ethnic entrepreneurs: immigrant business in industrial societies**. London: Sage, 1990. p. 13-48.

WEBER, Bruno Curtis. Projeções do agora e relatos do porvir: Representações e imaginários sociais sobre a chegada de um Projeto de Grande Escala em Linhares-ES. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais Departamento De Ciências Sociais Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/4356/1/tese_9734_Dissertacao_Bruno_Curtis_Weber_P_GCS.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

WILSON, Kenneth L.; PORTES, Alejandro. Immigrant enclaves: An analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami. **American journal of sociology**, [S.l.], v. 86, n. 2, p. 295-319, 1980.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti; AMARAL, Renata Maria do. Empreendedorismo para Migrantes:: relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa. *In*: **E-Compós**. [S.l.]: [s.n.], 2019.

ZANINI, Maria Catarina. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 140-163, 2008.

ZHOU, Min. Revisiting ethnic entrepreneurship: Convergencies, controversies, and conceptual advancements 1. **International migration review**, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.